

Carta Mensal

Educação: Sugestões ao governo

Arnaldo Niskier

Iluminismo e Anti-Iluminismo

Arno Wöhling

O meu encontro com o
pensamento brasileiro

Ricardo Vélez Rodríguez

Síntese da Conjuntura
Conjuntura econômica

Ernane Galvão

Novembro
2019

776

v. 65



Sesc Senac

Carta Mensal

Novembro
2019

v. 65

n. 776

Conferências proferidas nas reuniões
semanais do Conselho Técnico da
Confederação Nacional do Comércio
de Bens, Serviços e Turismo

Sumário

Educação: Sugestões ao governo 4

Arnaldo Niskier

Iluminismo e Anti-Iluminismo..... 27

Arno Wehling

O meu encontro com o
pensamento brasileiro..... 42

Ricardo Vélez Rodríguez

Síntese da Conjuntura
Conjuntura econômica 84

Ernane Galvêas

São de responsabilidade de seus autores os conceitos emitidos
nas conferências aqui publicadas.

Solicita-se aos assinantes comunicarem qualquer alteração de endereço.

As matérias podem ser livremente reproduzidas integral ou parcialmente, desde que citada a fonte.

A íntegra das duas últimas edições desta publicação está disponível no endereço www.cnc.org.br.

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

Novembro 2019, v. 65, n. 776

Brasília

SBN Quadra 1, Bloco B, nº 14, do 15º ao 18º andar

Edifício CNC

CEP: 70041-902

PABX: (61) 3329-9500 | 3329-9501

cncdf@cnc.org.br

Rio de Janeiro

Avenida General Justo, 307

CEP: 20021-130

Tel.: (21) 3804-9237

conselhotecnico@cnc.org.br

www.cnc.org.br

Publicação Mensal

Editor Responsável: Geraldo Roque

Projeto Gráfico: Gerência Executiva de Comunicação

Revisão: Elisa Sankuevitz, Maria Luiza e Marília Pinto de Oliveira

Impressão: Gráfica

Carta Mensal | Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – v. 1, n. 1 (1955) – Rio de Janeiro: CNC, 1955-107 p.
Mensal
ISSN 0101-4315

1. Problemas Brasileiros – Periódicos. I. Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. Conselho Técnico.



Conselho Técnico

Presidente

José Roberto Tadros

Conselheiros

Antonio Celso Alves Pereira

Antonio Chagas Meirelles

Antonio Paim

Ari Cordeiro Filho

Armando Castelar

Arnaldo Niskier

Arno Wehling

Arnoldo Wald

Aspásia Camargo

Aurélio Wander Chaves Bastos

Carlos Afonso Pierantoni Gambôa

Carlos Antonio Bettencourt Bueno

Carlos Thadeu de Freitas Gomes

Célio Borja

Cid Heraclito de Queiroz

Claudio R. Contador

Eduardo da Silveira Gomes Júnior

Eliseu Álvares Pujol

Ellen Gracie Northfleet

Ernane Galvêas

Ernesto Albrecht

Geraldo Holanda Cavalcanti

Gustavo Franco

Harry Adler

Humberto Mota

Ives Gandra da Silva Martins

Jaime Rotstein

J. Bernardo Cabral

João Clemente Baena Soares

Joel Mendes Rennó

José Botafogo Gonçalves

José Carlos Fragoso Pires

José Carlos Soares Freire

José Gustavo de Souza Costa

José Júlio Senna

José Luiz S. Miranda

Julian Chacel

Léa Maria Sussekind Viveiros de Castro

Luiz Augusto de Castro Neves

Luiz Felipe de Seixas Correa

Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

Luiz Roberto A. Cunha

Marco Cesar Meira Naslausky

Marcos de Azambuja

Marcus Faver

Maria Beltrão

Mary del Priore

Mauricio Dinépi

Meton Soares Junior

Nelson M. de Mello e Souza

Olga Côrtes Leão Simbalista

Oswaldo Trigueiros Júnior

Paulo Bonavides

Paulo Rabello de Castro

Ricardo Vélez Rodríguez

Roberto Abdenur

Roberto Cavalcanti de Albuquerque

Roberto Fendt

Roberto P. de Lima Netto

Roberto Rosas

Rosiska Darcy de Oliveira

Rubem de Freitas Novaes

Rubens Penha Cysne

Samuel Auday Buzaglo

Sergio F. Quintella

Theophilo de Azeredo Santos

Vicente de Paulo Barreto

Educação: Sugestões ao governo

Arnaldo Niskier
da Academia Brasileira de Letras

“O Brasil ainda apresenta índices educacionais que não estão em consonância com a sua posição de 8ª economia mundial.”

Teoria e prática devem sempre andar juntas. A educação é o meio pelo qual a sociedade transmite seus princípios e valores. É reforçando a educação que estaremos potencializando o conhecimento do mundo, tornando-nos capazes de melhorá-lo.

Desvencilhando-se das abordagens comuns e optando por incitar o diálogo e a reflexão, devemos pensar no papel que a sabedoria e a transmissão do conhecimento desempenham na preservação da identidade cultural de um povo.

Nunca os problemas da educação mereceram tão amplo debate. Attingir qualidade de ensino não é uma tarefa fácil. É preciso mudança de pensamento político. Educação como prioridade significa ampliar o investimento de forma contínua.

Para cumprir este objetivo, a antiga Lei Rouanet estabelecia as normas de como o governo federal deveria disponibilizar recursos para a realização de projetos artístico-culturais. A questão da Educação é estratégica para atingir o estágio de desenvolvimento que almejamos como nação.

Desde 2013, as escolas públicas brasileiras seguem o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), uma iniciativa para estimular que as crianças estejam plenamente alfabetizadas aos 8 anos, no 3º ano do Ensino Fundamental. Mesmo assim, não é isto que acontece na realidade. Dados da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) de 2014 mostraram que um quinto dos alunos da rede pública chegou ao 4º ano do Ensino Fundamental sem aprender a ler adequadamente. Os números são alarmantes: temos 14 milhões de analfabetos no país.

As mudanças de grande amplitude que caracterizam a sociedade contemporânea vêm causando um impacto de proporções inéditas no campo educacional, particularmente no que concerne à juventude. O aumento crescente da demanda por mais escolaridade, a busca por novas formações, a necessidade de percursos curriculares mais flexíveis, a existência de recursos pedagógicos tecnologicamente avançados, o advento da internet e das redes sociais, e a comprovada limitação das metodologias mais ortodoxas tornam evidente que a escola, como é hoje, não atende às expectativas e necessidades da juventude brasileira.

O Brasil tem cerca de 200 mil escolas, a maioria sem bibliotecas e laboratórios compatíveis. É essencial corrigir essas falhas.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) abre uma nova fase na educação brasileira. A prioridade será Português e Matemática.

Para que o guia curricular anunciado passe a valer em 2020, após apreciação final do Conselho Nacional de Educação – que ainda vai levar 1 ano – será preciso investir na infraestrutura das escolas do país inteiro. As escolas terão 2 anos para se adequar às novas diretrizes.

Maior do que qualquer administração, a Base é um esforço do Estado brasileiro, prevista na Constituição, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Plano Nacional de Educação. Por si só, o documento não mudará o cenário atual. Para que se transforme a vida de milhões de crianças e adolescentes, precisa-se da estreita colaboração de todas as esferas de governo.

Ao longo da história a escola foi adaptando-se às novas tecnologias. Num primeiro momento a educação formal era baseada em aulas expositivas, com o enfoque no discurso do professor. Atualmente, temos diversas mídias educacionais. O grande desafio é saber utilizá-las de modo eficiente e permitir que elas contribuam com as práticas pedagógicas. O professor deve atualizar-se nas tecnologias inovadoras e descobrir-se como um facilitador do processo educacional, reinventando um conjunto de ações didático-pedagógicas. A incorporação das novas tecnologias ao ensino não pode descuidar da investigação acerca da realidade em que os docentes estão inseridos, especialmente sua prática pedagógica, formação e experiências. Esses elementos poderão ser determinantes para modificar a ação docente.

Prevê-se a valorização do ensino técnico-profissional de que o país tanto carece. O Ensino Médio deve oferecer habilidades e competências aos alunos segundo suas escolhas pessoais – e de acordo com as variações do mercado. É o que faz com sucesso o Sistema S desde a década de 1950, com a boa tradição dos seus cursos profissionalizantes.

É lamentável que, entre os mais de 40 vetos do governo na versão sancionada da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), de 2018, consta a prioridade para as metas do Plano Nacional de Educação (PNE).

O PNE é uma lei que disciplina quais são as metas que devem ser alcançadas pelas esferas federal, estadual e municipal na educação. Levantamento realizado por entidades do setor apontam que apenas 20% dos objetivos previstos até 2017 foram cumpridos dentro do PNE.

No campo da educação, foi vetado o seguinte artigo:

“Art. 21. A alocação de recursos na área de Educação terá por objetivo, no Projeto e na Lei Orçamentária de 2018, o cumprimento das metas previstas no Plano Nacional de Educação, Lei no 13.005, de 25 de junho de 2014. Parágrafo único. A alocação de recursos de que trata o *caput* deverá buscar a implantação do Custo Aluno Qualidade inicial (CAQi), nos termos da estratégia 20.6 do Plano Nacional de Educação.”

Além de afetar de forma genérica todas as metas do PNE, o veto acaba com uma tentativa de tirar do papel o Custo Aluno-Qualidade, índice que prevê um valor mínimo a ser investido por aluno, para garantir um ensino público de qualidade.

De acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE), o Brasil já deveria ter definido e implementado o valor do Custo Aluno-Qualidade inicial (CAQi) até julho de 2016, mas descumpriu o prazo. O índice é essencial para recuperar o déficit educacional brasileiro.

Desde que entrou em vigor, o plano já vinha sendo descumprido, mesmo figurando na lista de prioridades na Lei Orçamentária. É

fundamental manter o Plano Nacional de Educação entre as prioridades oficiais.

O diagnóstico da educação brasileira é reconhecidamente complexo. Após décadas de investimentos, inclusão e melhoria de qualidade, o sistema demonstra incapacidade de evoluir para atingir metas essenciais ao desenvolvimento do país. A sociedade atual demanda índices de escolaridade cada vez mais apurados, em face às novas tecnologias e à transição de empregos manuais para intelectuais plenos. Portanto, não adianta ampliar investimentos ou manter as atuais políticas educacionais sem garantir eficiência e resultados com impacto positivo nacional e internacional.

Conhecimento é poder

Segundo o escritor israelense Yuval Noah Harari, muito elogiado no mundo todo, sobretudo depois do sucesso do seu livro *Sapiens*, há 100 mil anos pelo menos seis espécies de humanos habitavam a Terra. Hoje, existe um único: nós, os *Homo sapiens*. No mundo moderno, a arte normalmente é associada às emoções humanas. Hoje, com a existência do procedimento computacional é possível *hackear* o amor, o ódio, o tédio e a alegria. Quem poderia pensar nisso há 50 ou 60 anos?

Harari afirmou que a maioria das pessoas tem dificuldade para digerir ciência moderna porque sua linguagem matemática é de difícil entendimento ao nosso intelecto e suas descobertas muitas vezes contrariam nosso senso comum.

“Dos 7 bilhões de pessoas no mundo, quantas entendem realmente de mecânica quântica, biologia celular ou ma-

croeconomia? – pergunta o autor do consagrado *best seller*, ao mesmo tempo em que faz uma consideração digna de todo respeito: ‘Presidentes e generais podem não entender de física nuclear, mas entendem o que as bombas nucleares são capazes de fazer.’”

Daí o receio causado pelos experimentos da Coreia do Norte, num exercício de perigosas consequências.

A ciência, a indústria e a tecnologia militar só se entrelaçam com o advento do sistema capitalista e da Revolução Industrial. Assim que se consolidou, essa relação transformou o mundo rapidamente.

Nessa era técnica em que vivemos, muita gente se convenceu de que a ciência e a tecnologia têm resposta para tudo. Se deixarmos cientistas e técnicos trabalhar livremente, será que eles criarão aqui na Terra o céu com que sonhamos?

Segundo Harari,

“a ciência é incapaz de estabelecer suas próprias prioridades. Também é incapaz de determinar o que fazer com suas descobertas. Por exemplo, não está claro o que podemos fazer com a compreensão cada vez maior da genética. Curar o câncer ou criar uma raça de super-homens geneticamente modificados?

A pesquisa científica só pode florescer se aliada a alguma religião ou ideologia. O ciclo de retroalimentação entre ciência, império e capital, provavelmente, foi o principal motor da história, nos últimos 500 anos. A ciência moderna floresceu graças aos impérios europeus, de mãos dadas com

a expansão imperial da Espanha, Portugal, Grã-Bretanha, França, Rússia e Holanda. O imperialismo europeu foi totalmente diferente de todos os outros projetos imperiais da história. A conquista do conhecimento e a conquista do território se tornaram cada vez mais interligadas.”

A educação do futuro

Há boas perspectivas para a educação no país, embora não se deva desprezar o tamanho dos óbices a serem superados. Temos, pontualmente, que melhorar os índices de atendimento à educação infantil (há mais de 20 milhões de brasileiros entre 0 e 6 anos, dos quais somente 6,3 milhões são atendidos de alguma forma); aperfeiçoar a qualidade do Ensino Fundamental, depois de alcançada a sua universalização (há 53 milhões de matrículas no ensino público); evitar os fenômenos de evasão e repetência no Ensino Médio, onde temos 7,2 milhões de estudantes, e valorizar a vertente profissionalizante, uma obrigação dos poderes públicos, com a devida colaboração da iniciativa privada; ampliar as oportunidades, sobretudo em novas profissões (Educação Ambiental, Tecnologia da Informação, Energias Limpas), no Ensino Superior, dobrando o número de alunos; manter a excelência da pós-graduação brasileira, reconhecida internacionalmente como de boa qualidade. Isso terá influência decisiva na ampliação do número de nossos cientistas.

Para que tudo isso ocorra, o país deve se voltar, com firmeza, para a formação e o aperfeiçoamento de professores e especialistas, inclusive com a adoção criteriosa da modalidade de Educação à Distância, onde hoje temos mais de 1,8 milhão de estudantes. Esse número, para uma população estimada de 207,7 milhões de habitantes, deverá ser quadruplicado, pois o sistema comporta esse crescimento.

Há necessidade de mais recursos para a educação, que tem o terceiro orçamento da República, atrás somente de Saúde e Defesa. Deveríamos chegar a 6% do PIB, para que todos os planos e projetos fossem viabilizados, no prazo determinado, sendo possível vencer um dos maiores obstáculos da educação brasileira que é a remuneração do quadro do magistério. Temos cerca de 3 milhões de professores empregados (quase 500 mil no Ensino Superior), com a média salarial de US\$500, o que é muito pouco.

O Brasil conta com um amplo e descentralizado sistema de educação superior. No total, o país possui 2.407 instituições de Ensino Superior, que oferecem 34.366 cursos de graduação em todas as regiões. Os dados constam no Censo da Educação Superior 2016, divulgado pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 31 de agosto de 2017.

De acordo com sua organização acadêmica, as instituições se dividem em universidades, centros universitários, faculdades e institutos federais. Elas podem ser públicas ou privadas, vinculadas aos governos federal, estadual ou municipal.

As universidades se caracterizam pela indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão. As universidades são instituições acadêmicas pluridisciplinares, que produzem conhecimento intelectual institucionalizado. Para tanto, devem seguir alguns requisitos do Ministério da Educação (MEC), como ter, no mínimo, um terço do corpo docente atuando em regime integral e um terço de mestres e doutores.

Já os centros universitários abrangem uma ou mais áreas do conhecimento, mas, neles, não é obrigatória a realização de pesquisa institucionalizada. As faculdades são instituições que oferecem cursos

superiores em apenas uma área do conhecimento e compõem as universidades, os centros universitários ou são independentes.

Os institutos federais são unidades voltadas à formação técnica, com capacitação profissional em áreas diversas. Oferecem Ensino Médio integrado ao Ensino Técnico, cursos técnicos, cursos superiores de tecnologia, licenciaturas e pós-graduação.

Com relação às instituições privadas, elas podem ter ou não finalidade lucrativa. Entre as que não possuem este objetivo estão as comunitárias, filantrópicas ou confessionais.

De acordo com o levantamento do INEP, divulgado em agosto de 2017, há 296 instituições públicas de Ensino Superior e 2.111 privadas no Brasil.

Em todos os 27 Estados, há universidades federais e estaduais. Vale lembrar que o Brasil não possuía nenhuma instituição de Ensino Superior até o início do século XIX. Após a Independência do Brasil, surgiram as primeiras escolas superiores, isoladas, sem *status* de universidade e de orientação profissionalizante, especialmente nas áreas de direito, medicina e engenharia. A Universidade de São Paulo, uma das mais importantes do país, foi fundada em 1934.

Devemos valorizar a atuação dos professores e especialistas, não só aperfeiçoando os seus cursos de formação (providência urgente), como remunerando adequadamente esse serviço fundamental para os planos de crescimento do país. Será sempre difícil estimular os jovens da classe média a escolher o magistério com salários que são reconhecidamente dos mais baixos do mundo. A estimativa é de que, nos próximos 5/6 anos, possamos triplicar os números atuais. E, ainda assim, estaremos abaixo de nações como as que foram batizadas de “tigres asiáticos”.

Uma nova linguagem

Temos, hoje, o aluno “geração internet”, com acesso às novas mídias e aparato eletrônico de alta qualidade. Não é de estranhar a tendência de considerar monótonas as aulas tradicionais e, com isso, até desrespeitar a figura do professor. Boas escolas resistem a esse processo, mesmo considerando que a internet veio para ficar.

Em pleno século XXI, como desconhecer essa realidade? Defende-se a ideia do turno integral para as nossas escolas (8 às 17h), mas com um projeto inteligente de construção da cidadania, utilizando os valores do humanismo e as conquistas eletrônicas que nos espantam, diariamente.

O Brasil é um dos maiores produtores mundiais de livros didáticos, consumindo milhares de toneladas de papel, ainda hoje o insumo básico dessa indústria. O Ministério da Educação distribui cerca de 100 milhões de livros por ano. Pergunta-se o que poderá mudar, nessa importante mídia pedagógica? Os livros, no formato tradicional, desaparecerão?

Não há esta certeza, mas a realidade da leitura não é mais a mesma. A existência do Kindle da Amazon, por exemplo, ao lado do *e-reader* da Sony, popularizou a leitura eletrônica nos Estados Unidos, abrangendo 46 jornais e 35 revistas, além de milhares de livros.

O fenômeno chegou ao Brasil. É comum o emprego de uma nova linguagem, para a qual devemos estar preparados. As crianças e os jovens absorvem essa realidade com grande rapidez, muito maior do que os adultos, cujo cérebro resiste bem mais a tantas inovações. Com a introdução do Kindle, 2.500 páginas de livro eletrônico alcançam o peso de 380 gramas.

Há um pormenor que ainda não foi resolvido pela tecnologia internacional. O *software* inteligente, que nos emociona, serve às mil

maravilhas para os livros, cujas páginas são em preto e branco. Vimos isso funcionando na Livraria Borders, em Nova Iorque, e foi um encantamento. Como abrir mão das fotos coloridas que adornam os nossos livros didáticos? Haverá uma convivência pacífica, durante muitos anos, entre os livros tradicionais e os eletrônicos, estes em crescimento exponencial, é certo, com um suporte que não é excludente.

Enquanto os chamados países ricos investem anualmente US\$8.857,00 por aluno, nos diversos níveis de ensino, o Brasil destina apenas US\$2.000,00, ou seja: menos de 25%. Esse é o quadro apresentado pelo relatório “Um Olhar sobre a Educação”, da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que representa as 30 nações mais ricas do mundo, além de um grupo de associados que inclui Brasil, Alemanha, Austrália, Canadá, Coreia do Sul, Espanha, Estados Unidos e França.

Em outra avaliação da OCDE, para medir em que países há mais reclamações de diretores por faltas e atrasos de professores, o Brasil ficou em oitavo lugar, com o índice de 32,3% (atrás do México, o líder, Polônia, Irlanda, Noruega, Espanha, Eslovênia e Turquia). Um dos motivos alegados pelo número excessivo de reclamações é a legislação permissiva em alguns estados, que chegam a tolerar faltas mensais, sem os descontos nos salários. Casos de doenças também se destacam como justificativa das faltas. Em contrapartida, a pesquisa registra que os professores brasileiros são os que mais utilizam parte do seu tempo com outras atribuições além do ensino.

Chegamos com distorções variadas a 6 milhões de universitários, número que nos deixa atrás de nações próximas, como a Argentina, o Chile e o México. Temos cerca de 17 mil cursos, 67% dos quais destinados a formar para profissões regulamentadas.

Pensa-se pouco no conteúdo da educação, sendo comum jovens chegarem ao diploma salvador sem os mínimos conhecimentos básicos, especialmente em História, Literatura, Matemática, Ciências, sem nos aprofundarmos na tragédia que representa, pelos seus resultados, o desconforto com que é tratada a Língua Portuguesa.

60 milhões nas escolas

Temos hoje 60 milhões de alunos frequentando as escolas brasileiras, em todos os níveis. Cerca de 33% da população, o que representa um número bastante expressivo. O ensino cresceu muito, nos últimos anos, sobretudo o Ensino Fundamental. Mas quais são as perspectivas para o futuro?

Em nosso país, somente em meados da década de 1990, com a reforma realizada através da implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996), a Educação à Distância passou a ser reconhecida oficialmente. Em seu artigo 32, §4º, está previsto: “*O Ensino Fundamental será presencial, sendo o Ensino à Distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.*”

Na América Latina, o Brasil é um dos cinco maiores produtores de *softwares* para a área e o segundo país em número de alunos, perdendo apenas para o México.

Relação de prioridades

A relação de prioridades estabelecidas pelo Núcleo de Assuntos Estratégicos do governo federal pode valer como ponto de partida de estudos mais acurados.

1. Investimentos em educação.
2. Melhoria do ensino.
3. Violência/criminalidade.
4. Desigualdade social.
5. Emprego.
6. Saúde.
7. Investimento.
8. Taxa de investimento.
9. Sistema judiciário.
10. Estrutura tributária.
11. Controle da inflação.
12. Exportações.
13. Carga tributária.
14. Despesas correntes.
15. Contas públicas.

Em nosso caso, concordamos com a ênfase dada à educação e reiteramos as propostas apresentadas, no trabalho realizado de pesquisa nacional:

1. Implementar um programa emergencial de treinamento de professores.

2. Implementar conselhos escolares em todas as escolas brasileiras.
3. Efetivar um Movimento Nacional pela Qualidade da Educação.
4. Adotar um piso salarial nacional para educadores.

Números superiores

O Censo de Educação Superior 2016, divulgado em 31 de agosto de 2017, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), mostra que, apesar da crise econômica, o número de ingressos continua estável nas instituições privadas. Em 2016, quase 3 milhões de alunos se tornaram novos estudantes do Ensino Superior, sendo que 82,3% estavam inscritos na rede particular. A rede teve um crescimento de 2,9% em número de novos alunos, enquanto as públicas tiveram uma queda de 0,9%.

Após uma leve queda no censo anterior, o percentual de novos alunos em cursos à distância teve um crescimento de 2,2%. Em 2 anos, o Ensino à Distância cresceu 20% enquanto o presencial teve um decréscimo de ingressantes de 3,7%. Com um recorte de tempo maior, esse fenômeno fica mais evidente. Na última década, o regime presencial contou com 22,2% de novos alunos. Já os cursos à distância quase quadruplicaram (297,3%). Isso faz com que a participação desta modalidade no percentual de novos alunos saltasse de 10,8% em 2006 para 28,2% em 2016. O levantamento também informa que os cursos presenciais tiveram uma queda de 6,6% no número de novas matrículas. Já o Ensino à Distância perdeu 4,6% de novos alunos, em relação a 2014.

Mas se o número de ingressos aumentou, o mesmo não se pode dizer dos concluintes. No modelo presencial, em 2016, houve 2,4% mais

formandos do que em 2015. Já a modalidade à distância teve uma pequena queda de 1,3%. No total, somente 19,7% dos concluintes são oriundos do regime à distância.

Sugestões para o Ensino Superior

Figurando como instância catalisadora dos debates sobre temas educacionais, referência em estudos sobre o Ensino Superior, tanto na área acadêmica quanto no âmbito político, a Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (ABMES), historicamente, desde a sua fundação, em 1982, apresenta, a cada 4 anos, quando ocorrem as eleições presidenciais, um conjunto de desafios e propostas como subsídio à elaboração dos programas de governo na área do Ensino Superior.

Reconhecida pela representatividade e excelência nos serviços prestados para o desenvolvimento do Ensino Superior do país, a ABMES abrange cerca de 300 mantenedoras e mais de 400 Instituições de Ensino Superior (IES) particulares, dentre universidades, centros universitários, centros de educação tecnológica, faculdades integradas, faculdades e institutos, distribuídas em todo o território nacional.

As recomendações da ABMES para este governo levam em conta o papel fundamental que a educação representa para o país, em termos de contribuição para o aumento da produtividade e da competitividade, fatores que podem impactar de forma significativa o crescimento econômico e a melhoria das condições de vida da população. Para isso, é preciso manter os programas já implantados, como o PROUNI e o FIES, e que, atualmente, atravessam um período de reavaliação. Eles precisam ser aperfeiçoados, com critérios de concessão menos rígidos, mais flexíveis, para que aumente o número de beneficiários.

Não foram esquecidas propostas visando às mudanças necessárias para a melhoria dos sistemas de ensino brasileiro. Vale destacar que as sugestões não se restringem ao Ensino Superior, mas também se referem à Educação Básica e à Educação à Distância. Além disso, questões fundamentais, como melhorar a formação dos professores e acabar com o drama do analfabetismo, foram incluídas na lista enviada à equipe do presidente Jair Bolsonaro, assim como o fortalecimento das relações das instituições de Ensino Superior privadas com as entidades governamentais e a necessidade de se valorizar o setor de inovação.

Decálogo de sugestões da ABMES

Vale conhecer o decálogo de sugestões enviadas pela ABMES para este governo:

1. Colaborar na Educação Básica através da formação adequada de professores e especialistas. Ênfase na alfabetização.
2. Maior ligação dos currículos com o mundo do trabalho (conexão).
3. Trazer a escola para dentro da Universidade (Escola e Universidade).
4. Manutenção e aperfeiçoamento da Lei do PROUNI.
5. Ampliação do FIES, que hoje, tem 300 mil inscritos e está caindo. É preciso flexibilizar os critérios de concessão, com ideias mais realistas.
6. Atualização do SINAES, a fim de melhorar o sistema de avaliação da educação particular.
7. Regulamentação mais flexível da Educação à Distância (EAD), a

fim de promover o crescimento do número de alunos, assegurando a qualidade.

8. Manutenção da presença de representantes do ensino privado nos sistemas governamentais.

9. Empenho na Inovação (hoje, as universidades particulares têm pouco acesso às fontes de financiamento tipo CAPES).

10. Trabalhar pela globalização do Ensino Superior. Destruir a questão dos currículos e maior intercâmbio de alunos, promovendo a internacionalização do Ensino Superior brasileiro.

Ações estruturantes

Ações estruturantes requerem política e gestão do Ministério da Educação com foco na universalização e qualidade do Ensino Básico e na expansão com qualidade do Ensino Superior. Esse binômio é essencial para o Brasil crescer como nação desenvolvida e se destacar no cenário competitivo internacional, de forma soberana em defesa dos interesses nacionais e como agenda da construção de um mundo melhor para todos.

O Brasil, mesmo com os avanços inegáveis conseguidos no campo da educação nessas últimas décadas, ainda apresenta índices educacionais de acesso ao ensino, permanência, conclusão, qualidade e eficiência que não estão em consonância com sua posição de 8^a economia mundial.

Dados do Censo Escolar e de avaliações nacionais realizadas e apresentadas pelo INEP, além de inúmeros estudos e pesquisas, revelam um alto grau de investimento em educação comparativamente a

outros países. Entretanto, os resultados estão longe das expectativas nacionais e dos *rankings* internacionais.

Diante desse quadro, a Academia Brasileira de Educação, presidida pelo professor Carlos Alberto Serpa, propôs soluções para a melhoria da qualidade da educação brasileira. Foram delineados dez pilares principais para ações estruturantes, envolvendo a educação como um todo, que resumo a seguir:

Pilar 1 – Primeira infância: Políticas da Primeira infância devem ter caráter intersetorial. A indicação ampla é de que seja criada uma política nacional da primeira infância que seja capaz de ampliar a articulação entre Educação, Saúde e Assistência Social, atendendo crianças de 0 a 6 anos, levando em conta o já criado marco legal da primeira infância.

Pilar 2 – Gestão das redes e financiamento: Reúne ações relacionadas à ampliação da articulação entre União, estados e municípios, gestão das secretarias de educação e alteração da regra de financiamento da Educação Básica vigente, em particular o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Ampliar a articulação requer regulamentar um Sistema Nacional de Educação, propiciando a definição das atribuições de cada ente federativo.

Pilar 3 – Aprendizado, acesso e permanência: Trata da implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), da alfabetização na idade certa e da reformulação do Ensino Médio. Implantar essas ações está diretamente relacionado à garantia do direito à aprendizagem, ao acesso e à permanência de crianças e jovens nas escolas. A implementação da BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, homologada em 2017, e da BNCC do Ensino Médio, em 2018, é o

ponto de partida. A BNCC define as habilidades e competências que os indivíduos têm direito a desenvolver em todo o território nacional. Homologada pelo governo federal, a implementação dos estados e municípios é um desafio.

Pilar 4 – Carreira e formação do professor: Os professores são atores essenciais no processo ensino-aprendizagem. Neste momento, o fortalecimento da formação inicial e continuada e a atratividade da carreira são ações estratégicas, particularmente em função da implementação da BNCC. Ela é um enorme avanço e um imenso desafio para os municípios e estados. A proposta macro é estabelecer uma política nacional efetiva de valorização e profissionalização da carreira docente, com foco em formação e condições de entrada nos cursos de Pedagogia e Licenciatura, avaliação dos concluintes e atratividade de carreira.

Pilar 5 – (Educação Superior) – Reorganizar o Sistema de Educação Superior: A meta do Plano Nacional de Educação (PNE) para 2024 de elevar a taxa líquida de matrícula na Educação Superior para 33% da população de 18 a 24 anos, com 40% das novas matrículas no segmento público, não é viável.

Há uma reconhecida queda de arrecadação e nos investimentos públicos, bem como uma estagnação dos formandos no Ensino Médio, em razão das já mencionadas deficiências no processo de ensino-aprendizagem ainda no Ensino Fundamental. Diante desse quadro, o Sistema de Educação Superior exige reorganização à luz de cenários econômicos e sociais compatíveis com o Brasil de hoje e do futuro.

Há que se pensar um modelo alternativo nacional, nos moldes do adotado pela Comunidade Europeia, envolvendo três ciclos distintos de formação, em que nos três primeiros anos a formação seja ampla e vocacional, como preparativo para cursos universitários avançados

e, nos 2 anos seguintes, o foco seja a formação profissional plena, inclusive viabilizando mestrados profissionais voltados para o setor produtivo e para a formação de professores.

Pilar 6 – Regular a Educação Superior: O sistema atual de regulação superior no Brasil é complexo – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES/INEP) – usa vários indicadores, dentre eles o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). A autorização e o credenciamento dos cursos das instituições federais e privadas é feita pela SERES com a participação do INEP. Que mantém também um sistema de avaliação *in loco*.

O resultado desse sofisticado e custoso sistema para o governo, instituições e estudantes avaliados não garante, necessariamente, boa qualidade. O sistema carece de uma avaliação com critérios explícitos de qualidade entre grupos melhores e piores sem explicitar um padrão de qualidade aceitável.

Pilar 7 – Mudar o sistema de financiamento e a governança das instituições: Um sólido sistema de financiamento das instituições públicas requer mudança na governança. As universidades têm autonomia para eleger seus dirigentes e gerir seus cursos, mas não têm autonomia nem incentivos para gerir com eficiência os recursos que recebem, nem para desenvolver políticas próprias de pessoal.

Os orçamentos seguem regras do serviço público, sem flexibilidade, por exemplo, para transferir recursos entre atividades de pagamento de pessoal, custeio e investimentos. Os processos seletivos são rígidos, baseados no modelo arcaico de concursos públicos, e os professores são estáveis. Em contraste, universidades públicas ou privadas modernas em outros países trabalham com orçamentos unificados, possuem patrimônio próprio e operam como instituições de direito privado,

podendo contratar e demitir professores conforme critérios e prioridades individualizadas, inclusive em relação a salários e benefícios.

Pilar 8 – Reformular o currículo dos cursos superiores via novos processos de ensino-aprendizagem: A adequação da formação de alunos de graduação e pós-graduação às necessidades de mercado de trabalho em permanente evolução, bem como a formação de professores para os cursos de graduação é essencial para promover avanços nos currículos dos cursos de graduação e no processo de ensino-aprendizagem. É indispensável a revisão dos currículos formadores da Educação Superior, em que novas tecnologias estejam presentes e novas habilidades e comportamentos sejam estimulados.

Pilar 9 – O ENEM e o acesso ao Ensino Superior: O ENEM tem sido mecanismo eficaz de avaliação da Educação Secundária, ao mesmo tempo em que seleciona estudantes de todo o país, por meio de questões abrangentes do currículo do Ensino Médio, construídos também com a finalidade de avaliar habilidades e competências. Essa dupla função, ao mesmo tempo que tornou a seleção para o Ensino Superior mais justa e adequada, informa ao Ensino Superior, que receberá os estudantes, seus conhecimentos, suas aptidões e suas falhas de conteúdo, permitindo ações universitárias de reforço aos ingressantes. Completando 21 anos este ano (2019), o ENEM é adequado a nossa realidade e necessidades.

Pilar 10 – EAD no Ensino Superior: Há um grande desenvolvimento de projetos de Educação à Distância em nosso país. O uso de plataformas criadas por instituições de Ensino Superior, especialmente por universidades, para alargar o alcance da sua ação educativa vem aumentando. A prática de incorporar novas tecnologias de informação e de comunicação aos cursos de graduação vem sendo adotada muito

mais com o objetivo de reduzir despesas com aulas convencionais do que para oferecer novas oportunidades de aprendizagem aos estudantes. A utilização inadequada de plataformas e conteúdos, em muitos casos, se restringe a distribuição de textos, muitas vezes de qualidade duvidosa, acrescida da possibilidade de aulas presenciais especiais, onde dúvidas podem ser tiradas.

O MEC tem que orientar as instituições de Ensino Superior na construção de suas próprias plataformas de Educação à Distância e estimular a produção de conteúdos de boa qualidade.

Utopia

A educação é um investimento de responsabilidade inequívoca do Estado. O impacto positivo desse investimento repercute diretamente no bem-estar da população, bem como na ativação da economia por meio de empregos especializados e salários compatíveis. Há uma relação diretamente proporcional entre a educação e os PIB nacionais e, claro, com a produção do conhecimento científico e tecnológico.

Melhorar a educação brasileira, de um modo geral, pode ser uma utopia? Depende, naturalmente, da existência de uma política séria, no setor, conduzida por pessoas competentes e desinteressadas de proveito pessoal ou político. A boa escola deixará de ser uma utopia quando esse quadro se modificar.

Para uns é acomodação, mas para outros, conforto. Quando se aborda a questão do magistério, crucial na educação brasileira, nenhuma das opções pode ser desprezada. Sabe-se que vivemos grandes dificuldades na área, que vão desde a formação precária até a pouca valorização profissional, o que causa inevitavelmente um grande desestímulo.

A consequência desse estado de coisas é a deterioração do *status* social da categoria, o que precisa ser reconquistado de qualquer maneira. Devemos reagir contra a acomodação e também o comodismo da permanência na chamada “zona de conforto”, uma inimiga da criatividade construtiva. Rotinas devem ser sacudidas, sobretudo em tempos de crise econômica.

Para o Brasil ser um país melhor é preciso conferir prioridade à educação, por ser ela a base para a obtenção da capacidade de construir e assimilar conhecimentos cognitivos e habilidades socioemocionais, de interiorizar valores e comportamentos fundamentais para o desenvolvimento cultural, intelectual e político dos indivíduos, permitindo que cada cidadão atinja sua total potencialidade para alcançar seus objetivos de vida. O investimento em educação traz retorno para o desenvolvimento pessoal e socioemocional indispensável para a vida em sociedade, e, conseqüentemente, para o desenvolvimento da Nação.

Há um claro gargalo de eficiência no atual modelo educacional brasileiro, o que impõe a necessidade urgente de mudanças. A ausência de 3 milhões de crianças e jovens das escolas, a existência de mais de 12 milhões de analfabetos, o baixo resultado nacional do PISA, a enorme disparidade regional, a estagnação das matrículas do Ensino Médio e a crescente evasão no Ensino Superior são exemplos que apontam para a necessidade de ação. Apontamos, aqui, sugestões para a Educação Básica e para o Ensino Superior que não requerem, necessariamente, mais recursos, mas, sim, gestão, com foco em resultados, regulamentação, trabalho em rede, ensino de qualidade, monitoramento e avaliação. São ações extensas e complexas e só terão efeito como políticas, com a aquiescência e a vontade do MEC, além do apoio de diferentes instâncias do governo e da sociedade.

Iluminismo e Anti-Iluminismo

Arno Wehling

Da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Professor Titular da UFRJ e Professor Emérito da Unirio.

A bordar o tema do Iluminismo ou da Ilustração – dada a complexidade e multiplicidade do objeto – pressupõe abertura teórica para compreender as sutilezas de um processo histórico temporalmente extenso e geograficamente diversificado, repleto de sínteses provisórias, intersecções, contradições e antinomias, desde sua vigência histórica até as interpretações que chegam ao presente.

Como várias outras situações históricas traduzidas em conceitos que tentam dar conta de temas complexos, o trato do Iluminismo demanda a definição de algumas preliminares, começando pelo equacionamento da própria denominação.

Em várias línguas nas quais foi praticado, o Iluminismo ou Ilustração – em português usamos preferentemente o primeiro, mas não excluímos o segundo – a aceção varia ligeiramente. Em italiano denomina-se Iluminismo e em inglês *Enlightenment*, palavras que guardam estreita correlação com a claridade física. Em francês *Lumières* afasta-se ligeiramente da letra, talvez porque *illumination* signifique mais “luzes decorativas”, mas o sentido permanece o mesmo de claridade. Em alemão *Aufklärung*

consiste em esclarecimento, associando-se assim mais à racionalidade e ao convencimento lógico. O espanhol segue a mesma linha, optando por *Ilustración* e não *iluminación*.

A percepção dos contemporâneos também variou. De início, havia uma vaga associação com a curiosidade intelectual e a liberdade de indagação. Isso aparece nos artigos de Mendelsohn e Kant sobre o que seria a Ilustração – *Was ist Aufklärung?* – ambos publicados com o mesmo título no periódico *Berlinische Monatschrift*, de 1784 e na obra de Mme. de Stael, quando afirma o cosmopolitismo do movimento intelectual e sua vinculação com o Renascimento. Em seguida, a mutação conceitual: com o desenrolar da Revolução Francesa, o Iluminismo foi visto como precursor do “partido revolucionário” por adeptos e por adversários.

Procuremos delimitar o que poderia ser englobado como a temática iluminista, para tentar entender melhor o processo.

I. A temática iluminista

Observemos a temática iluminista a partir de três perspectivas: a abrangência teórica do movimento, a abrangência regional e a abrangência cronológica.

A “abrangência teórica” envolve o próprio conteúdo daquilo que se chamou Iluminismo ou Ilustração. Nesse caso pode compreender estritamente ou de modo preponderante o pensamento filosófico, como fez um de seus principais especialistas, Ernst Cassirer. Ou pode ser entendido como uma nova *Weltanschauung*, radicalmente diversa da anterior, englobando atitudes e formas de pensar, sentir e agir não apenas dos intelectuais, mas de toda a sociedade. É a interpretação clássica de Dilyhey e de Weber, ao falar no “desencantamento do mundo”. Ou ainda como

todo um sistema cultural, não apenas doutrinário, caracterizado pela ação de forças práticas mais do que de ideias, mobilizadas não tanto por intelectuais de ponta e sim pela massa “moderna” de filósofos maiores e menores, médicos, engenheiros, exploradores, professores, economistas, cuja atuação foi dinamizada pela ampliação da indústria editorial, da alfabetização e da escolarização. A edição da *Enciclopédia* dirigida por Diderot e D’Alembert, símbolo desse processo, foi sem dúvida uma grande aventura empresarial e financeira, mas esteve longe de ser a única na França e no restante da Europa central e ocidental.

A “abrangência regional” é outro aspecto a considerar. Longe de ser apenas um movimento francês – não obstante a centralidade francesa e a “galomania” reinante na Europa – o Iluminismo espalhou-se, além da França, pela Grã-Bretanha (notadamente a Escócia), estados alemães do Sacro Império, Áustria, Itália, parte da Europa oriental, Península Ibérica e América. Ainda sob o ângulo regional é importante frisar que as pesquisas sobre o tema vêm demonstrando como o Iluminismo foi um fenômeno urbano, das “grandes cidades” europeias, inclusive com um sofisticado “circuito das capitais”, dinamizado por meio de viagens, relações epistolares e fundação de academias de letrados e sociedades econômicas de “amigos do país”, cada qual com seu elenco de sócios correspondentes de outras regiões e países.

Por último, a “abrangência cronológica”. Até hoje não há consenso sobre o tema. O Iluminismo é fenômeno de todo o século XVIII? De sua segunda metade? Dos 20 anos que antecederam a Revolução? Terminaria com a Revolução Francesa? Ou com o nacionalismo, contra o cosmopolitismo iluminista e com o romantismo, contra o racionalismo anterior? Em boa lógica investigativa, temos de concluir que dependendo do problema que desejarmos equacionar, a resposta a esta pergunta irá variar. O historiador das ideias Paul Hazard, num livro seminal quase

centenário, *A crise da consciência europeia*, afirmou com provas bastante convincentes que o *turning point* da modernidade intelectual cristalizou-se entre os anos 1680 e 1715. As questões básicas da epistemologia e mais amplamente da filosofia ocidental teriam sido postas à mesa nestes 35 anos, sendo todo o movimento posterior – isto é, o Iluminismo – a discussão e a vulgarização dos temas axiais então colocados.

Para efeito do que aqui busco – identificar algumas grandes correntes que nos permitam nuançar iluminismos e anti-iluminismos, podemos, considerando os principais aspectos a ele como sistema cultural ou desencantamento do mundo, balizá-lo entre os anos 1730-1740 e a Revolução Francesa. Identificam-se aí claramente três correntes: a racionalista, a culturalista (ou historista) e a que poderíamos chamar “mitigada”, desenvolvida nas monarquias católicas. Quanto à sua crítica, ela se localiza na reação religiosa, sobretudo da Igreja, à irreligiosidade iluminista e igualmente no romantismo e no nacionalismo, o que nos situa entre a reação à Revolução da última década do século XVIII e o Concílio Vaticano I (1869-1870). Claro está que avatares de aspectos de ambos os movimentos ressurgem ao longo do período subsequente até os nossos dias, mas não serão objeto desta análise.

2. Iluminismo

A versão que poderíamos denominar racionalista do Iluminismo é a que predominantemente se associa ao tema. Por ela, tratou-se de um movimento baseado em certo número de chaves interpretativas, como a razão natural, a ordem física do Universo, a inserção biopsicológica do homem, e a liberdade de investigação.

Possuiria duas linhas de desenvolvimento, a racionalista e dedutiva, sobretudo francesa oriunda do pensamento cartesiano e a racionalista

e indutiva, sobretudo britânica, oriunda do pensamento de Bacon, Hobbes e Locke. A primeira, a racionalista e dedutiva culminaria no Iluminismo com Voltaire, Montesquieu, Turgot, Condillac, La Mettrie, Holbach e os demais enciclopedistas; na Alemanha corresponderia a Lessing, Wolff, Mendelsohn e Kant. A segunda, a racionalista e indutiva seria nele representada por Lord Shaftesbury, Mandeville, Hutcheson, Berkeley, Ferguson, Hume e Adam Smith, entre outros.

A razão natural correspondia à capacidade cognitiva do ser humano em perceber, na realidade, de que faz parte os elementos básicos da ordem universal. Parafraseando Grotius ao falar do direito natural, poderíamos dizer que a razão natural existiria ainda que Deus não existisse. Essa dessacralização da razão, como vinha sendo entendida pelas religiões, permitiu a convivência no aprisco iluminista de crentes, agnósticos e ateus, e foi uma sinalização importante de tolerância depois de dois séculos de sangrentas guerras de inspiração religiosa.

A ordem física do Universo, conforme definiu-se com as descobertas de Newton e sua divulgação por Clarke no século XVIII, foi certamente a grande cunha epistemológica que consolidou a tradição investigativa renascentista. A concepção de leis universalmente válidas, o valor da observação e o papel do método consolidaram a nova maneira de ver o universo e o homem, que já se esboçara na crítica dos nominalistas e dos empiristas à metafísica tradicional.

A concepção biopsicológica do homem mudou conseqüentemente de eixo, a *latere* ou mesmo contra a religião. Fossem ideias inatas cartesianas, fosse a *tabula rasa* de Locke, o ser humano passou a ser concebido como um elemento profundamente inserido na natureza. Seu comportamento derivava de certos condicionamentos físicos e biológicos, e não era necessário ser um materialista como Hobbes no século XVII ou como

Helvetius no Iluminismo para concluir que muitos dos pressupostos que vinham da medicina galênica ou de Aristóteles estavam superados.

O corolário revolucionário de todas essas novidades era a liberdade de investigação. É ingênuo supor, como quiseram historiadores protestantes, que nos países católicos imperasse a repressão e na área luterana ou calvinista, a liberdade. Houve repressão à liberdade de pensamento e associação por toda a Europa antes, durante e após o Iluminismo. Variava, porém, o grau, diretamente relacionado à sensibilidade do poder ante o que lhe parecia ameaça política ou à vigilância da moral social conforme interpretada pelas autoridades em nome da afirmação de valores, geralmente religiosos.

Não obstante tal situação, é inegável que o clima iluminista permitiu num nível até então desconhecido a liberdade de expressão. Ou como definiu Kant a propósito da pergunta sobre o que era a Ilustração – *Was ist Aufklärung?*:

“É a saída do homem da menoridade, da qual ele próprio é responsável. Menoridade, isto é a incapacidade de servir-se de seu entendimento sem a direção de outrem, menoridade da qual ele mesmo é responsável, pois sua causa reside não numa falha do entendimento, mas na falta de decisão e de coragem para orientar-se sem a orientação de outrem. *Sapere aude!* Tenhas a coragem de servir-te de teu próprio entendimento. Eis a divisa da *Aufklärung*.”

O mecanicismo inerente ao pensamento iluminista francês, simultaneamente herdeiro da tradição cartesiana do século anterior e da vulgarização das ideias de Newton sobre a física e o universo, entretanto, foi gerando ao longo do século XVIII profundo desconforto em alguns setores intelectuais. Não se pense aqui nos que naturalmente se opu-

nam ao mecanicismo pelas convicções filosóficas ou religiosas por suas ligações com o pensamento teológico ou com a renovação quinhentista da Escolástica. Estes constituem uma clara corrente anti-iluminista que sempre se manifestou e que serão considerados mais adiante.

Agora, trata-se de outro tipo de Iluminismo, não de uma rejeição dele. O desconforto com o racionalismo mecanicista aparece claramente na *Ciência Nova de Vico* nas primeiras décadas do século XVIII e reage contra o anátema cartesiano contra a história como categoria do conhecimento. Em lugar das explicações “more geométrico” sobre o homem, Vico opõe justamente as realizações deste, como a língua, a arte, a literatura e o direito dos povos. Estudadas, poderão orientar o ciclo de desenvolvimento da cultura e as relações entre as culturas. A despeito da persistência de traços da metafísica tomista, é uma nova maneira de ver o homem, distinta da versão mecanicista.

Sua obra permaneceu, fortemente, ignorada ao longo do século XVIII, não por ter sido publicada em Nápoles, mas por estar distante do “espírito do século” como se afirmava a partir de Paris. Só foi redescoberta em plena contestação romântica ao Iluminismo, a partir de Michelet e outros autores. Foi, entretanto, um sintoma do desconforto que eclodiria ao longo do Século das Luzes, à medida que se consolidava o Iluminismo francês.

Esse desconforto apareceria nas últimas décadas do século XVIII, sobretudo, na Alemanha. Hamman, amigo de Kant, escreveu uma *Metacrítica sobre o purismo da razão pura*, criticando o racionalismo ilustrado. Seu contemporâneo mais moço, Jacobi, opôs ao mecanicismo uma atitude fideísta e sentimental, renunciando o Romantismo, mas foi Herder quem, estudando a formação das línguas e da literatura, chegou a uma filosofia da história que via na cultura ou nas realizações históricas do homem a matéria prima a partir da qual se poderiam estabelecer as interpretações.

Concluía-se assim, ainda no século XVIII, uma nova concepção do homem e da história. Herder, aluno de Kant, de modo algum refuta a contribuição das então recentes descobertas científicas para o estudo da natureza. Recusa apenas sua extrapolação para o estudo do homem – ou, em jargão metodológico atual, a atitude reducionista de submeter a cultura à natureza. Portanto, antes de um anti-iluminista, é, sobretudo, um antimecanicista.

Em seu relativismo cultural e na consideração da singularidade das culturas, revelou-se um empirista radical, neste ponto aproximando-se de Hume e dos empiristas ingleses, como já notou Isaiah Berlin.

O racionalismo mecanicista acreditava na existência de um sistema, cujo modelo era o do Universo, que funcionaria à base de leis eternas – da própria natureza, ou de Deus, conforme a perspectiva. Tais leis, a partir da observação e com a metodologia correta eram discerníveis pela investigação científica. Transpor tal modelo epistemológico para o estudo das sociedades era um objetivo dos ilustrados, sobretudo, franceses, como no século XIX seria o objetivo de positivistas, marxistas e evolucionistas.

Negar a viabilidade dessa transposição, buscando vetores inerentes à cultura para explicar o comportamento social do homem, estava implícito na rejeição de Vico ao cartesianismo e explícito nos trabalhos de Herder.

Corrente minoritária no pensamento do século XVIII, a valorização culturalista ou historicista (como depois se chamou) da história das sociedades tornar-se-ia dominante no século XIX, quer no seu ramo romântico, quer no cientificista, mas isto já será outro problema teórico.

Neste sentido, pode dizer-se que o século XVIII foi o século da natureza como chave do conhecimento, enquanto o XIX foi o século da história.

Há, contudo, além da versão naturalista e da versão historicista, uma terceira vertente iluminista a considerar.

Enquanto as duas primeiras se distinguem basicamente por uma discordância epistemológica e filosófica, a terceira define-se melhor como o encaminhamento de um problema de ordem política.

Trata-se dos países ou regiões de forte tradição católica, em que setores mais ou menos extensos da vida intelectual e das elites sociais admitem e valorizam os resultados das descobertas intelectuais dos séculos anteriores. Entendem, porém, como um perigo para o que representam ou acreditam o desenvolvimento do pensamento crítico como o defendido pelo Iluminismo. Ousar, no sentido kantiano, mas dentro de certos limites.

É o que encontramos desde meados do século XVIII em Portugal, na Espanha, no reino da Sardenha e Piemonte, na Áustria e em alguns estados alemães.

Proliferam aí, como nos “países centrais” do Iluminismo, as academias literárias e científicas e as sociedades de agricultura, valorizando a experimentação e a discussão de novidades. Imprime-se mais e lê-se mais, também nesses países. Discute-se, como em Paris, Londres, Edimburgo, Amsterdã ou Berlim, a primazia entre agricultura e indústria, as vantagens do comércio sobre a guerra, a necessidade de reformular leis arcaicas e renovar o direito. Defende-se a “polícia da sociedade”, ou seja, a organização da vida social a partir de um governo “esclarecido” que supervisione toda a atividade do Estado e da sociedade.

Critica-se o excessivo poder da Igreja e o seu domínio sobre propriedades, perturbando a circulação da riqueza. O argumento é o mesmo de Voltaire, mas ninguém o cita porque é visto geralmente como um espírito incendiário. Entretanto, o governo despótico de Pombal diz

claramente no enunciado de sua lei sobre a herança que é absurda a concentração dos bens de mão morta com o clero.

A ideia é reformar o Estado de cima para baixo, sem afetar a estrutura social nem provocar a revolução. São as reformas de Vitor Emanuel no Piemonte, de Carlos III na Espanha, de José II na Áustria e do próprio Pombal e logo D. João em Portugal.

No fechado Portugal pombalino a mais importante das leis promulgadas, a Lei da Boa Razão, de 18 de agosto de 1769, que procurava passar um crivo em toda a legislação existente a partir do critério da “boa razão”, dizia em seu preâmbulo:

“...depois de muitos anos tem sido um dos mais importantes objetos de todas as nações polidas da Europa, o de precaverem com sábias providências as interpretações abusivas que ofendem a majestade das leis, desautorizam a reputação dos magistrados, e tem perplexa a justiça dos litigantes...”

O mesmo ministro faria em 1772 uma reforma na Universidade de Coimbra, a fim de introduzir o estudo das ciências como se delineavam no século XVIII, sem, no entanto, afrouxar a tríplice censura que o governo tinha à mão: a do governo (“do paço”), a da Igreja (do arcebispo de Lisboa) e a da Inquisição.

Na Espanha de Carlos III e Carlos IV, Jovellanos, figura máxima da ilustração de seu país, embora recusando o dogmatismo mecanicista francês – “*yo no soy sistemático*”, dizia – fazia entusiásticas defesas da nova política liberal antimercantilista, fundando-as no discurso racionalista:

“Eu me atenho ao princípio que não deixarei jamais de repetir... a indústria, qualquer que seja, não pode esperar do governo senão liberdade, luzes e segurança.”

Já se chamou a este tipo de procedimento político, que instrumentaliza um Iluminismo mitigado, não sem razão, de “despotismo esclarecido”.

3. Anti-iluminismo

Há três grandes movimentos de reação ao conjunto de concepções englobadas desde o século XVIII como “Iluminismo”. De um lado, a concepção católica, dominante, mas não exclusiva no século XIX, de reafirmação da dogmática tradicional da Igreja. De outro, o Romanismo nos planos estético e filosófico e o nacionalismo no político.

O Iluminismo em sua versão francesa e laica, especialmente com Voltaire, não foi muito indulgente com a Igreja. O “*Écrasez l'infame!*” voltairiano tornou-se um mote repetido à exaustão pela propaganda anticlerical. Com a Revolução Francesa, tanto a ruptura com Roma quanto a secularização dos bens da Igreja foram percebidas como consequência da pregação iluminista, embora o movimento não fosse homogeneamente antirreligioso, mesmo na França.

Nesse sentido a Revolução foi um detonador da primeira grande reação anti-iluminista. De modo mais profundo, porém, outras razões conspiravam para esse fim. O que estava em jogo era o fim da sociedade de ordens, que vinha dando consistência à vida social e jurídica europeia desde a Idade Média. A decretação em agosto de 1789 na Assembleia Constituinte do fim dos privilégios do clero e da nobreza tornou a igualdade jurídica ante a lei a base da organização social vindoura, abolindo as diferenças estamentais. Ao mesmo tempo, acentuava-se o processo de “desencantamento do mundo” de que o próprio Iluminismo fazia parte. A crítica e o ordenamento racional gradualmente substituíam a visão de mundo baseada na fé e na crença em uma ordem social desejada, senão criada, por Deus. Também a vida material sofria transformações visíveis

aos olhos dos contemporâneos, com a antiga economia de autoconsumo, agrária, rotineira e pouco especializada, tornando-se na Inglaterra e em algumas regiões da Europa continental, no curto espaço de duas a três gerações, industrial, urbana e tecnologicamente inovadora.

Muitos intelectuais iluministas eram automaticamente associados à crítica da sociedade estamental e do estado absolutista. Alguns eram percebidos apenas como críticos esclarecidos da superstição, vista como decorrência da credulidade religiosa. Outros ainda apareciam como homens cultos e pragmáticos, interessados em engenharia e economia e preocupados com o aumento da produtividade das terras e da manufatura. Todos, de certa forma, representavam os tempos modernos, que implicavam num forte antropocentrismo, deslocando Deus para o fundo da cena ou mesmo, minoritariamente, negando-lhe a existência.

Contra isso voltou-se a Igreja e parte significativa da intelectualidade católica em diversos países. Condenava-se a modernidade como impiedade, materialismo, ruptura da tradição ocidental afirmada na Idade Média e perda do sentido cristão da existência.

De *Maistre* na França e pouco mais tarde Donoso Cortez na Espanha tiveram importância fundamental na construção de uma crítica intelectual desse processo, cujo principal acusado foi o Iluminismo francês. Todo um forte partido político, o carlismo espanhol em meados do século XIX, defendeu um tipo de monarquia de poderes limitados e com largo espaço para a nobreza e o clero, de certo modo, ressuscitando um momento político medieval.

A reação oficial da Igreja foi igualmente contundente ao longo do século XIX, reafirmando os dogmas, definindo a primazia da transcendência e da vida eterna sobre a imanência e a fugaz vida terrena e condenando o programa iluminista. Ela o via como laicista, corrosivamente crítico e fundado num culto exagerado da razão humana. Seu campeão, o Papa

Pio IX, antes mesmo de convocar o Concílio Vaticano I, promulgou a encíclica *Quanta cura*, cujo apêndice era o *Syllabus dos erros de nossa época*, relacionando oitenta itens condenados pela Santa Sé, boa parte deles associada ao Iluminismo. A reação espiritualista compreendeu mesmo aqueles eclesiásticos que procuravam sintonizar o espírito cristão à nova realidade econômica, como o padre Lacordaire, defensor do nascente operariado industrial e como o Papa Leão XIII, autor da encíclica *Rerum Novarum* sobre o mesmo assunto, simultaneamente grande defensor da revalorização do pensamento católico medieval, em particular do tomismo.

A reação ao Iluminismo e de modo mais amplo às transformações que davam uma acentuada sensação de “mundo que perdemos” aparece também fortemente no Romantismo. A Revolução Francesa e os movimentos que provocou a seu favor ou contra colocaram a crítica à razão na ordem do dia no início do século XIX. A “fase negra” da pintura de Goya é o exemplo clássico de crítica aos “delírios da razão” e na literatura a reação romântica procurou igualmente valorizar as paixões contra a suposta frieza do mundo racional e as injustiças do mundo material. Dickens, Vitor Hugo, Lamartine, Chateaubriand, Hölderlin são os grandes intérpretes dessa crítica, da qual se afasta Goethe com seu olímpico sobrevoo do clássico ao romântico.

É esse mesmo romantismo que vai reinterpretar Vico, Hamman, Jacobi e Herder, tornando a corrente dominada do Iluminismo tendência dominante no século seguinte, vendo-os, com certo exagero, seus precursores e radicalizando várias de suas posições.

A terceira força anti-iluminista foi o nacionalismo. A transformação da “pátria” em “nação” foi efeito, entre outros aspectos, da reação ao expansionismo da Revolução Francesa e dos exércitos napoleônicos. No século XVIII a ideia de pátria, verticalizada, passava do local de nascimento, à

província a que este pertencia e daí ao conjunto – maior e mais distante – da nação. No *Dicionário Filosófico* de Voltaire só há o verbete pátria e quando o crítico dr. Johnson quis caricaturar numa *boutade* o exagerado sentimento nacional chamou-o “patriotismo”, não nacionalismo.

A diferença substantiva que ocorre na virada do século XVIII para o XIX está na criação de um conjunto de elementos “nacionais” por oposição ao universalismo e ao cosmopolitismo da Revolução Francesa – afinal, seus primeiros constituintes editaram a *Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão*. Dirigiam-se, como o Papa, “*urbi et orbi*”.

Para o nacionalismo assim constituído em ideologia de combate, os males eram o universalismo e o cosmopolitismo diluidor das identidades, cuja raiz estava no Iluminismo, que assim se proclamara, embora isso fosse verdade apenas na sua versão francesa.

Reação tradicionalista católica, estética romântica e política nacionalista, separadas ou aliadas, constituíram o núcleo duro da crítica aos Iluminismos, ou à interpretação que cada uma dessas perspectivas procurou dele fazer.

* * *

Por tudo, parece evidente que não se pode considerar o Iluminismo um bloco uniforme, separado de outros dois blocos, o Barroco que o antecede e o Romantismo que o sucede. Há mediações, transições, antecipações e retardamentos, como em todo processo histórico complexo.

Rousseau foi dos últimos iluministas ou o primeiro romântico? Herder foi iluminista pelo culto à ciência ou romântico porque via o homem como produto da cultura antes que da natureza? Questões como estas não fazem sentido, porque valorizam a elegância interpretativa do modelo em detrimento da compreensão do processo.

Não considerar o Iluminismo um bloco monolítico e sim como processo já é um avanço qualitativo. Podemos tentar outros.

A cronologia e a geografia, primeiro. De um início impreciso entre a “crise da consciência europeia” e os anos 1730, com “precursores” imersos em autores de outras referências, há quanto ao fim um consenso: o Iluminismo se encerra pelas últimas décadas, as revolucionárias, do século. Geograficamente, pode-se admitir como o historiador Michel Vovelle uma explicação cômoda: a difusão das Luzes, a partir de diferentes grupos sociais e países, em ondas concêntricas, iniciando-se pela França e Inglaterra, logo passando à Alemanha, à Itália e a outros países.

Em seguida, foi estudada a busca de denominadores comuns. Certamente, todos aqueles que estudaram o Iluminismo encontraram nele alguns aspectos transversais, ainda que com pesos diferentes conforme a época e a região. Razão dessacralizada, espírito crítico, percepção de uma ciência desvinculada de amarras teológicas e mesmo filosóficas e, sobretudo, liberdade de pensamento, expressão e difusão de ideias, foram traços comuns de “iluminados” e “esclarecidos” dos diferentes países.

Por fim, os antagonismos. O Iluminismo caracterizou-se em seu bojo não por um doutrinarismo sectário, mas pela coexistência de percepções que a despeito dos denominadores comuns, envolveram conclusões não apenas diversas, mas antinômicas. De certa maneira, essas antinomias continuam sendo problemas da cultura contemporânea e de suas ciências humanas: empirismo *versus* racionalismo, natureza *versus* cultura, universalidade *versus* historicidade, sistema *versus* processo.

Não é pequena essa contribuição dos Iluminismos para o conhecimento das sociedades e das culturas.

O meu encontro com o pensamento brasileiro

Ricardo Vélez Rodríguez

*Docente da Universidade Positivo – Londrina. Professor Emérito da ECEME.
Ex-ministro da Educação.*

As nossas decisões são tomadas, sempre, a partir do contexto das circunstâncias em que vivemos. Aquele velho adágio de Ortega y Gasset, fartamente conhecido, de que “*yo soy yo y mis circunstancias y si no las salvo a ellas no me salvo yo*”, tem pleno sentido.

Não me salvaria ao explicar o porquê do meu interesse pelo Pensamento Brasileiro, se não reconstruísse as circunstâncias que me levaram a cursar o mestrado nessa especialidade, na PUC do Rio, entre 1973 e 1974 e, depois, a dar continuidade aos meus estudos sobre o Brasil, tendo feito o doutorado em “Pensamento Luso-Brasileiro”, na Universidade Gama Filho, entre 1979 e 1982. Fui, por paradoxo da história, o primeiro mestre em Pensamento Brasileiro e o primeiro doutor em Pensamento Luso-Brasileiro.

Desenvolverei, nesta exposição, os seguintes itens que pretendem percorrer a minha “biografia interna”, aquela que, segundo Unamuno, acompanha as nossas vivências íntimas. Percorrerei os fatos que, do ângulo da minha vida intelectual, foram marcantes no meu encontro com o Pensamento Brasileiro.

Assim, desenvolverei os seguintes itens: 1 – Formação na Universidade Javeriana e no Seminário Conciliar de Bogotá; 2 – Teologia da Libertação e militância esquerdista; 3 – Docência em Medellín e Mestrado em Pensamento Brasileiro na PUC do Rio; 4 – Pró-reitoria na Universidade de Medellín; 5 – Trabalho em São Paulo na Sociedade Brasileira de Cultura – *Convívio*, e participação no Curso de Doutorado em Pensamento Luso-Brasileiro, na Universidade Gama Filho; 6 – A pauta liberal; 7 – O meu encontro com o Pensamento Português; 8 – Docência na Universidade Federal de Juiz de Fora; 9 – Três institutos e um centro de Documentação na minha vida de pesquisador; 10 – Cinco centros de debates sobre o Brasil, que estimularam a minha reflexão.

I – Formação na Universidade Javeriana e no Seminário Conciliar de Bogotá

Cursei a Licenciatura em Filosofia na tradicional Universidad Pontificia Javeriana de Bogotá, dirigida pelos padres jesuítas. Como meu intuito era me preparar para estudar Teologia, frequentei o curso oferecido nas Faculdades Eclesiásticas, que estava voltado para o estudo da Filosofia Escolástica. Escrevi a minha dissertação¹ sobre o conceito de pessoa em São Tomás de Aquino (1225-1274). Na prova oral que abarcava todas as matérias estudadas no curso, perante um jurado de cinco professores, sendo arguido e respondendo em latim, fui aprovado, no final de 1963, com o conceito de “*Summa cum Laude*”, a nota máxima.

Iniciei os meus estudos de Teologia em 1965 no Seminário Conciliar de Bogotá. Retirei-me em fins de 1967, tendo cursado 3 anos, sob a direção dos padres sulpicianos, que centravam toda a formação no estudo das Sagradas Escrituras. O padre Alfred Morin (1926-2017), diretor do Seminário e outros professores tinham-se formado na prestigiosa Escola Bíblica de Jerusalém. A minha dedicação ao estudo dos temas ligados

à História de Israel levou a que o padre Morin me nomeasse como técnico auxiliar a serviço do Museu Arqueológico do Seminário. A minha principal tarefa consistia em classificar moedas do período helenístico, além de algumas peças valiosas de arqueologia bíblica como lanternas de barro cozido, encontradas por arqueólogos em comunidades que habitaram nos arredores do Mar Morto. Esse valioso tesouro tinha sido trazido a Bogotá pelo padre Morin e outros estudiosos. Eu trabalhava na classificação de moedas consultando um livro de referência britânico. Uma das portas que davam acesso ao rico acervo fazia um ruído intermitente, ao ser balançada pelo vento. Para me ver livre do incômodo barulho, coloquei perto da porta um pesado tijolo de barro que encontrei numa das caixas do acervo. Em determinado momento, entrou o padre Morin e ficou feito uma onça ao ver o “tijolo” segurando uma das abas da porta. Eu tinha cometido um sacrilégio arqueológico: aquele tijolo era nada mais nada menos do que uma das famosas tabuletas de barro marcadas com caracteres cuneiformes, descobertas pelos ingleses na Biblioteca de Nínive!

O diretor do Seminário passou-me uma tarefa para expiar o pecado de lesa-cultura: fazer um apanhado metuculoso das descobertas arqueológicas efetivadas nessa famosa Biblioteca. As tais tabuletas tinham impressos, em caracteres cuneiformes, não ideogramas, mas fonemas. Essa foi a base fônica que deu ensejo, depois, ao alfabeto grego e aos alfabetos das línguas latina e neolatinas. Uma autêntica fundação linguística da Civilização Ocidental! Nas tabuletas de Nínive encontravam-se os relatos dos principais mitos do Crescente Fértil, como também os registros das transações comerciais e das pendências entre proprietários, de rudimentares estatísticas de posses de bens móveis e imóveis para as primitivas “receitas” oficiais, bem como de algumas providências práticas para a resolução de conflitos entre famílias e vizinhos. Entendi como se deu a grande revolução unificadora efetivada por Hammurabi ao redor do Di-

reito (no século XVIII a.C.): ele consolidou as disposições legais dispersas num conjunto de leis, que possibilitou dar unidade ao primeiro grande império mesopotâmico, graças ao famoso “Código de Hammurabi” que foi gravado naquela enorme pedra de basalto preto que repousa no Museu do Louvre, em Paris. Os Mesopotâmios foram portadores de uma mensagem cultural que seria adotada por Impérios subsequentes: pode-se construir um grande Império, impondo aos povos vencidos as leis dos vencedores. Foi exatamente essa a solução que, mais tarde, colocaram em prática os imperadores chineses a partir da Dinastia Chin (221-206 a.C.), bem como os Imperadores Romanos (séculos I a.C. – V d.C.).

2 – Teologia da Libertação e militância esquerdista

A formação no Seminário Conciliar de Bogotá tinha outro aspecto, messiânico, chamado de “pastoral”, ao ensejo do tsunami de reformas iniciadas na Igreja Católica pelo Concílio Vaticano II (1962-1965): posta em prática, nos países latino-americanos, da denominada “Teologia da Libertação”, uma novidade trazida para a Colômbia por professores que tinham estudado na Universidade Católica de Louvain, na Bélgica. O mais importante pregador que trouxe essa tendência foi o padre Camilo Torres Restrepo (1929-1966), advogado formado na Universidade Nacional em Bogotá. Torres estudou Sociologia na Universidade de Louvain, tendo sido nomeado, ao voltar à Colômbia, capelão da Universidade Nacional, pelo cardeal de Bogotá Luis Concha Córdoba (1891-1975), onde, junto com outro estudioso das ciências sociais, Orlando Fals Borda (1925-2008), fundou a Faculdade de Sociologia.

A tese fundamental de Camilo Torres era que, para tornar realidade o cristianismo, deveria ser instaurado antes o socialismo, pois aquele não poderia tolerar as estruturas sociais injustas. Camilo pôs em prática uma visão fundamentalista que não era nova, pois a tese já tinha sido defen-

didada por Rosa Luxemburgo (1871-1919) na sua obra intitulada: *O Cristianismo e as Igrejas: o Comunismo dos primeiros Cristãos*², que data de 1905 e que inspirou vários movimentos revolucionários na Europa. Esse radicalismo levou o jovem sacerdote a se vincular ao Exército de Libertação Nacional. A morte de Camilo em combate com o Exército colombiano em 15 de fevereiro de 1966, fez com que as suas ideias se espaliassem como rastilho de pólvora, não somente na Colômbia como em outros países latino-americanos.

Eu próprio aderi ao ideário libertador e marxistizante da Teologia da Libertação, na versão de Camilo Torres, tendo saído do Seminário em fins de novembro de 1967. Me vinculei, então, em Medellín, a grupos da esquerda católica de inspiração trotskista como o denominado “Equipes Universitárias” e aderi, também, a um movimento de origem francesa denominado “*Equipes Enseignants de l’Amérique Latine*”, tendo ganho, em 1971, bolsa para fazer estágio em Paris num centro financiado pelo Conselho Mundial de Igrejas denominado de Institut Oecumenique pour le Développement des Peuples (INODEP), que era dirigido por Paulo Freire (1921-1997)³. Paralelamente, do ângulo político, me aproximei da “Aliança Nacional Popular” (ANAPO)⁴, movimento de esquerda ressurgido com força após a fraude eleitoral de 1970, que impediu a chegada ao poder do ex-presidente populista general Gustavo Rojas Pinilla (1900-1975), tendo sido empossado o candidato conservador Misael Pastrana Borrero (1923-1997).

3 – Docência em Medellín e Mestrado na PUC do Rio, em Pensamento Brasileiro

Comecei a vida docente em Medellín, cidade onde morava a minha família, em 1968, sendo as duas primeiras instituições onde lecionei as Universidades EAFIT e Bolivariana, nos Departamentos de Humanida-

des e Filosofia, respectivamente. Os movimentos guerrilheiros estavam presentes especialmente na segunda Universidade. Ao ensejo de uma greve que liderei nessa instituição, terminei sendo dispensado e me mudei para Bogotá, onde lecionei Filosofia e Humanidades nas Universidades Externado da Colômbia e del Rosário, ao longo de 1972. No início de 1973, minha esposa teve de viajar ao Rio de Janeiro, a fim de se apresentar ao DOPS, pois tinha sido resenhada pela polícia por ter participado de um seminário latino-americano de docentes socialistas em Riobamba, Equador, do qual eu tinha sido um dos expositores. Preocupado com a segurança dela, a fim de acompanhá-la, prestei concurso de seleção no Icetex (a Capes colombiana), com vistas a obter uma bolsa oferecida pela Organização dos Estados Americanos, num curso de mestrado em Filosofia na PUC do Rio. Tendo ganho a bolsa, viajei em fevereiro de 1973.

O Curso de Mestrado tinha como área de concentração “Pensamento Brasileiro”, sob a coordenação de Antônio Paim, que passou a ser meu orientador. O mestre identificou logo a minha tendência esquerdista e, para dar embasamento ao tema que tinha escolhido, a filosofia política de inspiração positivista, passou-me um roteiro de leituras com a finalidade de aprofundar no Positivismo, bem como na crítica liberal ao mesmo. As leituras abarcavam a obra de Comte, evidentemente, bem como os clássicos do Liberalismo. Tive de fazer sucessivas resenhas para os seminários, tendo lido Locke, Kant, Tocqueville; *Os Federalistas*, Adam Smith, David Hume, Edmund Burke e os pensadores brasileiros que aprofundaram no estudo do Liberalismo como Silvestre Pinheiro Ferreira, Rui Barbosa, o visconde de Uruguai, Miguel Reale, Roque Spencer Maciel de Barros, Vicente Barretto e os gaúchos Gaspar da Silveira Martins e Joaquim Francisco de Assis Brasil. Li a *História das ideias filosóficas no Brasil* do meu orientador, que colocava em lugar de destaque a filosofia liberal, no processo de consolidação das Instituições Imperiais e na formulação da Constituição republicana de 1891, inspirada, pela mão de Rui Barbosa, na Carta Magna americana.

A fim de reconstituir as teses positivistas do Castilhismo, tive de fazer exaustiva pesquisa nas hemerotecas cariocas e gaúchas sobre o jornal *A Federação*, do qual Júlio de Castilhos (1860-1903) foi redator nas últimas décadas do século XIX. A figura de Castilhos era importante, pois ele formulou o modelo de ditadura republicana que deu certo no Rio Grande do Sul, e que Getúlio Vargas (1883-1954) replicou em nível nacional em 1937, ao ensejo da promulgação do Estado Novo.

As leituras dos clássicos do Liberalismo mudaram a minha cabeça. Poderia ter afirmado com Gilles Lipovestki (1944): “Abandonei Marx e aderi a Tocqueville”. Paim, com magnífica pedagogia, obrigou-me a ler os autores liberais e eles me mudaram. Larguei definitivamente o Marxismo e aderi ao Liberalismo. Grande libertação! Não posso não acreditar na possibilidade da conversão cultural. Assim como eu mudei, abandonando o Marxismo e aderindo a uma perspectiva que defende a liberdade e a fé no indivíduo, devo acreditar que esse processo é possível em outras pessoas. Passei a adotar, na minha vida de professor, essa inspiração de fé nas pessoas e de possibilidade da conversão cultural. O diálogo é essencial e decorre da convicção de que a palavra compartilhada nos ajuda a refletir sobre o nosso próprio universo. Assino embaixo da afirmação do grande positivista ilustrado Luís Pereira Barreto (1840-1923) de que é possível dissentir de alguém combatendo as suas ideias, sem atacar as pessoas e sem praticar o que os militantes fazem: o assassinato de reputações.

Defendi a minha dissertação de mestrado em dezembro de 1974. Participaram da Banca Examinadora Antônio Paim, Olinto Pegoraro e Vicente de Paulo Barretto. O título da dissertação foi: *A filosofia política de inspiração positivista*⁶. O padre Olinto Pegoraro (falecido em janeiro de 2019), que tinha cursado o doutorado em Filosofia na Universidade de Louvain e que, junto com outros religiosos como Henrique Cláudio de Lima Vaz (1921-2002) tinha-se alinhado no marxismo acadêmico com vistas a combater o regime militar, instaurando o pa-

trulhamento ideológico (abrindo assim o caminho para o socialismo)⁷, não gostou da minha dissertação, alegando que ela não correspondia a uma pesquisa filosófica, pelo fato de se ter desenvolvido na área da história das ideias. Entregou cópia do meu trabalho ao historiador e diplomata Ivan Lins Monteiro de Barros (1904-1975), da Academia Brasileira de Letras e autor do clássico livro *História do Positivismo no Brasil*⁸, a fim de ter subsídios quanto à seriedade da minha pesquisa.

Segundo testemunhou para mim a então secretária do programa de mestrado da PUC, a senhora Fátima Pequeno, o parecer do dr. Lins foi altamente elogioso, considerando que não conhecia uma pesquisa que tivesse desenvolvido tão bem o estudo do Castilhismo como variante filosófica do positivismo brasileiro. O parecer do notável historiador reforçou a visão favorável à dissertação, que tanto o meu orientador, o professor Paim, como o professor Vicente Barretto tiveram dela, situando-a na seara, então nascente, das pesquisas acadêmicas sobre história das ideias filosóficas no Brasil. Tendo sido aprovado na defesa, tornei-me, por força do destino, o primeiro mestre em Pensamento Brasileiro.

4 – Pró-Reitoria na Universidade de Medellín

Após a minha permanência no Brasil entre 1973 e 1974, regressei à Colômbia no início de 1975. Fiquei desempregado, pois o reitor da Universidade Externado da Colômbia, em Bogotá, Fernando Hinestrosa Forero (1931-2012) rescindiu o meu o contrato, por força da antiga militância esquerdista. O reitor da Universidade de Medellín, Orion Alvarez Atehortúa (1930-1994), que tinha me conhecido na Escola Interamericana de Administração Pública no Rio de Janeiro, ofereceu-me o cargo de pró-reitor de pós-graduação e pesquisa. Tendo-me afastado da esquerda radical, me vinculei ao Partido Liberal, no grupo “Novo Liberalismo” comandado pelo ex-presidente Carlos Lleras Restrepo (1908-1994).

Na Universidade de Antioquia, em Medellín, passei a expor a História do Pensamento Brasileiro no contexto da disciplina História das Ideias na América Latina, que lecionava na Faculdade de Direito e Ciências Políticas da Universidade de Antioquia. Grande foi o interesse que despertou essa abordagem, que incluía o estudo do desconhecido Brasil.

A situação colombiana, no entanto, tinha-se deteriorado sensivelmente, por força da ascensão dos grupos de narcotraficantes que passaram a manipular as eleições. O candidato dos “*dineros calientes*”, Julio César Turbay Ayala (1916-2005), foi eleito para a presidência com grande vantagem, em 1978. Participei da campanha ao lado do ex-presidente Lleras. Considerei que seria prudente voltar ao Brasil, a fim de cursar o doutorado. Pedi licença não remunerada nas Universidades onde trabalhava. A situação era tão caótica que só em 1978, na Universidade de Antioquia, foram assassinados 18 professores de variadas tendências políticas. Junto com os traficantes dos cartéis de Medellín e de Cáli, ajudavam a tumultuar o cenário os grupos guerrilheiros das FARC, do ELN, do M19 e do EPL.

5 – Trabalho em São Paulo na Sociedade Brasileira de Cultura – Convívio, e Doutorado em Pensamento Luso-Brasileiro, na Universidade Gama Filho

Fui convidado, em janeiro de 1979, para trabalhar em São Paulo por Adolpho Crippa (1929-2000) diretor da Sociedade Brasileira de Cultura – *Convívio*, uma organização conservadora que fazia oposição à esquerda radical e que apoiava o regime militar. Ali trabalhei até 1981. Paralelamente, fui chamado pelo professor Paim para cursar o doutorado em Pensamento Luso-Brasileiro, na Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Fui aprovado na seleção, mas os meus escassos recursos impediam-me de pagar os altos custos do doutorado, com as viagens que precisava fazer todas as semanas ao Rio. Tomei a decisão de adiar o curso. Quando fui

trancar a matrícula, levei uma enorme surpresa, pois na tesouraria da Universidade me informaram que a primeira anuidade já tinha sido paga por completo pelo meu amigo e orientador, o professor Paim. Falei com ele, ponderei que era uma soma grande e que seria melhor deixar para iniciar o curso no ano seguinte, já quando tivesse feito um pé de meia. O meu orientador foi irredutível. Passei, então, a frequentar o curso no Rio. Após o primeiro ano, depusitei na conta do meu amigo o valor correspondente à matrícula e às mensalidades. Ele ficou feito uma onça e me falou o seguinte: “se você acha que realmente sou seu amigo, não se fala mais em dívida. Esquece”.

Com Paim como orientador, escrevi a tese de doutorado que versou sobre a obra do sociólogo fluminense Francisco José de Oliveira Vianna (1883-1951)⁹. O título da tese foi: *Oliveira Vianna e o papel modernizador do Estado brasileiro*. A defesa ocorreu em 25 de março de 1982, e obtive a nota máxima. A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores: Tarcísio Meirelles Padilha (Presidente), Antônio Ferreira Paim (Orientador), Eduardo Silvério Abranches de Soveral (Docente do Curso de Doutorado), Wanderley Guilherme dos Santos (Professor convidado, da Universidade Cândido Mendes) e Evaristo de Moraes Filho (Professor convidado, da Academia Brasileira de Letras). Tornei-me, de novo por força do destino, o primeiro doutor em “Pensamento Luso-Brasileiro”, pois essa era a área de concentração do curso.

Mostrei na minha tese que a influência de Oliveira Vianna foi marcante nos rumos que Getúlio Vargas deu à política nacional na sua longa permanência no poder (1930-1945; 1951-1954). Dividi o trabalho em duas grandes partes: na primeira, illustrei a forma em que os Estados modernos se consolidaram ao redor de duas grandes tipologias estudadas por Max Weber (1864-1920) na sua principal obra¹⁰, *Economia e Sociedade: Estados Contratualistas e Estados Patrimoniais ou Patrimonialistas*.

Na segunda, aproximei a tipologia weberiana dos Estados Patrimoniais da forma que prevaleceu nos Estados ibéricos. Louvei-me da obra do meu orientador, intitulada: *A querela do Estatismo*, bem como da análise do patrimonialismo que fez Karl Wittfogel (1896-1988), aplicando o conceito de despotismo oriental aos países ibéricos¹¹. O caso brasileiro, segundo Paim, seria o de um típico Estado Patrimonial, levando em consideração a tendência familística da organização portuguesa nas suas colônias. Mostrei de que forma Oliveira Vianna encaixa as instituições brasileiras nesse viés familístico. Destaquei que, a partir da leitura da obra pioneira de Oliveira Vianna, *Populações Meridionais do Brasil*¹², Getúlio Vargas, quando da sua permanência na Câmara dos Deputados como líder da bancada gaúcha, entre 1923 e 1929, reformulou a sua primeira concepção castilhista do modelo republicano, tornando-a mais flexível e elaborando, a partir de Oliveira Vianna e com a ajuda das categorias saint-simonianas presentes nos romances de Émile Zola (1840-1902), uma sintomatologia nacional dos problemas, superando as limitações do regionalismo gaúcho.

A proposta da categoria de “patrimonialismo modernizador”, formulada por Paim e Simon Schwartzman (1939)¹³, possibilitou aproximar o modelo getuliano dessa variante, à luz da qual Paim partiu para nova interpretação do *élan* modernizador do Pombalismo. O modelo que terminou prevalecendo foi o que Wanderley Guilherme dos Santos (1935) denominou de “autoritarismo instrumental”¹⁴, cuja mais clara manifestação, no folclore político, ficou conhecida no famoso adágio do general-presidente João Baptista Figueiredo (1918-1999): “Juro fazer deste país uma democracia e prendo e arrebento quem se opuser”.

6 – A pauta liberal

Não pretendo fazer uma reconstituição completa da minha contribuição ao estudo do pensamento brasileiro. Somente farei alusão à vertente que melhor poderia caracterizar o meu trabalho como historiador das ideias, aliado a uma preocupação doutrinária, para pensar as instituições republicanas à luz da ideia de liberdade, com a finalidade de aperfeiçoá-las. Sigo, nessa trilha, as lições de Alexis de Tocqueville (1805-1859), que foi o pensador que melhor canalizou a herança dos doutrinários franceses na discussão do problema da democracia. Sigo, também, a lição dos nossos doutrinários brasileiros, aqueles pensadores que, desde Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846), pensaram as instituições políticas à luz da tradição lockeana da representação e da defesa da liberdade. Entre eles, situo a figura de Antônio Paim, como a de quem melhor traduz essa preocupação doutrinária nos tempos atuais, tanto na discussão das reformas que se fariam necessárias para garantir o exercício da liberdade, quanto da historiografia dessa saga do pensamento *whig* entre nós.¹⁵

A minha contribuição ao estudo do pensamento liberal brasileiro foi desenvolvida ao ensejo da pesquisa de pós-doutorado, que realizei em Paris, entre 1994 e 1996, no Centro de Pesquisas Políticas Raymond Aron, sob a orientação de Françoise Mélonio (1951). O amigo, embaixador José Osvaldo de Meira Penna (1917-2017) apresentou o meu nome nesse Centro. Fui aceito inicialmente pelo professor Jean-Claude Lamberti, mas com o falecimento dele, a sua assistente, a professora Françoise Mélonio passou a me orientar. Era meu interesse estabelecer uma relação entre o liberalismo tocquevilliano e as tendências conservadoras, a fim de desvendar a forma em que se poderia superar a tradição patrimonialista de origem ibérica, pelo estímulo ao *self-government*, em nível municipal, passando pela valorização do governo representativo e da educação para a cidadania. Centrei os meus estudos na análise do pensamento de Alexis

de Tocqueville (1805-1859) e dos doutrinários, destacando a figura de Raymond Aron (1905-1983) como expressão contemporânea da opção liberal, bem como a presença de Tocqueville na cultura brasileira. De outro lado, estudei a crítica liberal a John Maynard Keynes (1883-1946)¹⁶.

Para fazer um ajuste de contas com o meu passado marxista, analisei criticamente a *Teologia da Libertação*, destacando o compromisso dos pensadores desta corrente com o messianismo político de inspiração marxista-leninista¹⁷. Por outra parte, em face da aguda problemática que a guerra do narcotráfico tem trazido para o Brasil, analisei a forma em que se poderia fazer frente a esse flagelo, combatendo com denodo o crime organizado, incorporando à cidadania as comunidades reféns dos cartéis da droga e preservando as instituições do governo representativo, levando em consideração a experiência colombiana¹⁸.

A minha reflexão como pensador liberal me levou a fazer um balanço do pensamento conservador. Além de um estudo pioneiro que publiquei na Colômbia sobre as relações entre o Liberalismo e o Conservadorismo na América Latina¹⁹, em trabalho recente²⁰ considero que quatro autores sobressaem, na atual conjuntura, como estudiosos e divulgadores do pensamento conservador no Brasil, num contexto hermenêutico: Vicente Ferreira da Silva²¹ (1916-1963), Adolpho Crippa²² (1929-2000), Paulo Mercadante²³ (1923-2013) e Olavo de Carvalho²⁴ (nasc. 1947).

Segundo os pensadores conservadores mencionados, os fatos que constituem a cotidianidade da política, bem como as doutrinas em que ela se inspira, não explicam, por si sós, o evoluir das Nações ao redor do poder e das instituições em que este se exerce e se legitima. É necessário conhecer, antes de tudo, o pano de fundo de crenças fundamentais em que se apóiam a imaginação e o lógos das respectivas sociedades.

Ora, tal pano de fundo não é apenas um passado que ficou para trás, nas névoas do tempo, é um passado primordial sempre presente. A ca-

racterização desse *back-ground* difere para estes autores, desde os mitos fundadores da Civilização Ocidental emergentes da religiosidade órfica, que ensajou a presença do *fascinator* entre os gregos (para Ferreira da Silva), ou dos mitos ancestrais presentes na simbiose entre cristianismo e helenismo (para Adolpho Crippa), passando por uma tradição barroca de mitos luso-brasileiros resgatáveis com o auxílio de uma espécie de cabala, em que a matemática entra como linguagem simbólica (em Paulo Mercadante) ou a partir de uma plataforma de mitos primordiais presentes nas antigas tradições espirituais – taoísmo, judaísmo, cristianismo, islamismo – (em Olavo de Carvalho).

Apenas para ilustrar essa dinâmica mítica, assaz estudada por Mircea Eliade (1907-1986) e outros, citemos a penetrante análise que o historiador Jesué Pinharanda Gomes (nasc. 1939) faz da hermenêutica de Paulo Mercadante, na edição portuguesa da obra *A coerência das incertezas*:

“(…) constitui um ensaio de filosofia da história universal, aplicada ao caso lusíada, nas vertentes portuguesa e brasileira. Cada dia que passa, o dia seguinte nunca é objeto de certeza matemática. Será história na incerteza, pois a história acontece no mar da instabilidade, da conjuntura e dos acidentes, como se não houvesse categorias fixas, mas somente areias movediças. O que suporta a incerteza é o símbolo. Ele organiza os acontecimentos e faz prova de fé na ação. O símbolo organiza e estrutura, a realidade é sempre a mesma, o que muda, pelo menos na aparência, é o símbolo, o sistema de símbolos. Este revela, mas oculta, como tapete que vemos do lado direito, mas que tem avesso, o qual não vemos. Eis o poder: deste sabemos o que vemos, mas é-nos impossível vislumbrar o que está por detrás dele, como se algo nos fosse ocultado nas trevas que sustentam o poder,

o exercício do poder. Governamo-nos com símbolos, mas ignoramos quem governa os símbolos.”

Dentre os pensadores conservadores brasileiros destaco um que teve, para mim, significação especial, pois fui seu aluno na PUC do Rio de Janeiro em 1973 e 1974: o sociólogo José Arthur Rios²⁵ (1921-2017). Foi discípulo de Eric Voegelin (1901-1985) quando dos seus estudos de pós-graduação na Luisiana State University, nos Estados Unidos. No campo da sociologia, José Arthur Rios desenvolveu, no seio do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio, no Rio de Janeiro, importantes trabalhos no terreno da problemática urbana, bem como uma abordagem original da questão agrária e das lutas sociais, notadamente no que tange à violência.

Conheci José Arthur Rios como docente da “chata” disciplina “Estudo de problemas brasileiros”, quando fiz o mestrado na PUC do Rio. Digo “chata disciplina”, não pelo fato de essa disciplina tratar dos problemas do Brasil, mas porque, nesses anos, a matéria era lecionada, geralmente, por milicos aposentados ou civis propagandistas do regime. Embora concordasse com a higiene que os militares fizeram na seara da política brasileira tirando os comunas do poder, não concordava com os exageros da repressão, notadamente no que se refere à tortura e à liberdade de expressão.

Quando iniciei o curso de mestrado na PUC do Rio, dois professores logo se destacaram: o coordenador da área de pesquisa em Pensamento Brasileiro, Antônio Paim e o professor José Arthur Rios, que ministrava a famosa e “chata” disciplina. O professor Rios, eminente sociólogo, tinha concluído, em Niterói, o Curso de Ciências Jurídicas, tendo-se formado bacharel em 1943, aos 22 anos de idade. Coursou, depois, Ciências Sociais na antiga Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil (atual UFRJ), onde teve oportunidade de estudar com sociólogos

franceses de renome como Jacques Lambert, Maurice Byé e René Poirier. Obteve, posteriormente, o título de “Master of Arts” na Universidade de Lousiana, nos Estados Unidos. Pertenceu, depois, ao corpo docente da PUC do Rio de Janeiro, tendo chefiado ali o Departamento de Sociologia e Ciência Política. Lecionou em outras Universidades cariocas como a UFRJ e Santa Úrsula. Foi membro titular do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com sede no Rio de Janeiro (tendo eu tido a honra de ser por ele indicado para integrar o mencionado colegiado). Rios teve, também, destacada atuação em Universidades internacionais como a da Flórida e a da Califórnia, nos Estados Unidos. Teve, outrossim, destacada atuação na edição brasileira do *Dicionário de Ciências Sociais*, da Unesco, a cargo da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro.

Nas suas aulas de Estudo de Problemas Brasileiros na PUC do Rio, no Curso de Mestrado em Filosofia em 1973, o professor Rios destacava as mudanças pelas que tinha enveredado a sociedade brasileira no início dos anos 1970. Havia no ar uma transformação radical. O Brasil, de país rural, estava-se convertendo, a passos agigantados, em sociedade moderna e urbana. José Arthur centrou a sua atenção num ponto específico: a rápida transformação que a cidade do Rio de Janeiro estava sofrendo, no que tange à integração da antiga Zona Norte, mediante a expansão de vias de comunicação modernas e o surgimento de bairros abertos ao comércio de ponta com a emergência dos notáveis “Shopping Centers”. “Querem conhecer o Brasil, meus caros alunos?” perguntava o mestre sociólogo. E respondia: – “Peguem o ônibus e vão para a Zona Norte, observando o que mais lhes chamar a atenção”. Na semana seguinte, o mestre indagava, pacientemente, pelo relatório que cada aluno deveria ter feito da sua viagem a essa zona desconhecida. “O que mais lhes chamou a atenção?” – perguntava aos alunos que frequentavam a sua disciplina na PUC, geralmente provenientes das ricas esferas sociais radicadas na Zona Sul –. Cada um de nós tinha de fazer um relatório vivencial do que

tinha visto. No meu primeiro relatório, falei da viagem que fiz de ônibus, saindo de Copacabana para o Méier, o primeiro bairro da Zona Norte que, após a Tijuca, sofreu a grande transformação urbana. Impressionou-me o “Shopping Center” inaugurado pouco tempo atrás sobre a rua Dias da Cruz, que cruza o bairro do Norte ao Sul. Lojas de *griffe*, modernos restaurantes e lanchonetes, aquele povo cheiroso e bonito andando nas aprazíveis áreas de alimentação e pelos amplos corredores, tudo com aquele ar refrigerado maravilhoso e, ainda por cima, com música ambiental, nas quentíssimas tardes cariocas. “O Méier está virando cidade moderna, professor”, foi a conclusão do meu relatório.

O nosso autor pertenceu ao grupo de pensadores tradicionalistas que integravam o Centro Dom Vital, criado por Jackson de Figueiredo (1891-1928). Casou com a filha dele, Regina Alves de Figueiredo, falecida recentemente. A ensaística do meu amigo era, antes de tudo, agradável, feita a partir de uma leveza de expressão de refinado e bem-humorado *causeur*. José Arthur evoluiu de uma rígida posição tradicionalista para uma posição de conservador tolerante com outras vertentes de pensamento. Pela sua riqueza humanística, eu o teria candidatado para a Academia Brasileira de Letras.

7 – Encontro com o Pensamento Português

Para mim, enquanto pesquisador da Cultura Luso-Brasileira, os estudos realizados no Doutorado em Pensamento Luso-Brasileiro na Universidade Gama Filho representaram o ponto de partida de um capítulo importante da minha vida acadêmica, em intercâmbio constante com Universidades portuguesas. Destaco as figuras dos que mais me influenciaram, do lado português, nesse rico intercâmbio: António Braz Teixeira, Eduardo Abranches de Soveral, Francisco da Gama Caeiro, José Esteves Pereira, Afonso Botelho, Pedro Calafate, Maria Helena Varela, João Carlos

Espada, Manuel Cândido Pimentel, Celeste Natário, Renato Epifânio, Ernesto Castro Leal, Jesué Pinharanda Gomes etc.

A minha amizade com o professor Espada abriu-me a porta para colaborar no Curso de Relações Internacionais oferecido, em nível de doutorado, na Universidade Católica Portuguesa em Lisboa. Participei da criação da revista *Nova CIDADANIA* (cujo conselho editorial integro). Tenho seguido de perto a representação que o professor Espada encarna da herança britânica *whig* na cultura portuguesa, abrindo um espaço precioso para melhor avaliar o liberalismo contemporâneo.

Contrariamente ao Brasil, onde as instituições do Estado, como a Capes, conspiraram habitualmente contra os projetos de estudo acadêmico da Filosofia Nacional, em Portugal, embora criados tardiamente (a partir de 1986), tais cursos receberam desde o início forte apoio oficial, além de contarem com a tradicional acolhida de parte das Universidades Católicas. Isso explica o rico florescimento dos estudos das Universidades portuguesas no terreno do pensamento filosófico nacional, na pós-graduação especialmente. Só para citar um exemplo, menciono o grande empreendimento editorial representado pela *Enciclopédia Luso-Brasileira* de Filosofia publicada pela Editora Verbo, entre 1989 e 2001, na qual tive expressiva colaboração. Os Colóquios “Tobias Barreto”, realizados a cada dois anos em Universidades portuguesas ou na sede do Instituto Luso-Brasileiro de Filosofia, em Lisboa, testemunham a força das instituições portuguesas no estudo da Filosofia Nacional.

8 – Docência na Universidade Federal de Juiz de Fora

Concursei para a UFJF, no Departamento de Filosofia, em dezembro de 1984, atendendo a convite de alguns dos meus antigos colegas de Programa de Doutorado em Pensamento Luso-Brasileiro da Universidade

Gama Filho. Eles eram: José Carlos Rodrigues, Aristóteles Ladeira Rocha e Joel Neves. Lecionei nessa Universidade de 15 fevereiro de 1985 até 16 de abril de 2013, data em que consegui a aposentadoria. Lecionei no Curso de Mestrado em Filosofia, que tinha sido criado recentemente com área de concentração em “Pensamento Brasileiro”, e também ministrei aulas no Curso de Graduação. Neste, foi-me assinalada a disciplina “Cosmologia”, que transformei num estudo das teorias cosmológicas da Antiguidade e da Idade Moderna, com especial destaque para as inúmeras inovações ocorridas nessa seara, por conta do incrível desenvolvimento da Física ao longo do século XX. Atendi também à disciplina “Teoria do Conhecimento”. Das minhas aulas surgiram os livros intitulados: *Tópicos especiais de filosofia moderna*²⁶, *Tópicos especiais de filosofia contemporânea*²⁷ e *Luz nas trevas: ensaios sobre o Iluminismo*²⁸.

Do Curso de Mestrado em Filosofia surgiu toda uma geração de estudiosos, cujos mais importantes expoentes foram José Maurício de Carvalho, Antônio José Passarella Freire, Luciano Caldas Camerino, Mariana Camerino, Mário Sérgio Ribeiro, Fátima Garcia Passos, Mário José dos Santos, Clarice da Cunha Ibiapina, Maria Eugênia Tollendal, Maria da Penha dos Santos etc., que criaram a *Revista de Pensamento Brasileiro Phibra* que circulou durante 5 anos, entre 1986 e 1991. O mestrado terminou sendo fechado em 1994, por pressão do padre Lima Vaz, através dos seus prepostos na Capes.

No início de 2003 foi criado por mim, no Departamento de Filosofia da UFJF, o Núcleo de Estudos Ibéricos e Ibero-americanos. Surgiu em decorrência do interesse de alunos do Curso de Filosofia pelo estudo do pensamento filosófico brasileiro, bem como do pensamento ibérico e ibero-americano, de forma geral. Considerei que a preocupação dos meus alunos com o estudo da filosofia brasileira estava fora de contexto, depois dos *affaires* de patrulhamento ideológico que tinham sido protagonizados, nas décadas de 1970 a 1990, pelos integrantes da comissão de filosofia da

Capes. Efetivamente, à sombra desse patrulhamento ideológico, tinham definido os vários cursos de pós-graduação em pensamento brasileiro criados, entre 1972 e 1995, na PUC do Rio de Janeiro, na Universidade Gama Filho e na Universidade Federal de Juiz de Fora.

Pessoalmente, depois de todos esses fracassos, não cogitava dedicar mais tempo às atividades de pesquisa e estudo sistemático do pensamento brasileiro no seio da Universidade, deixando para uma perspectiva puramente pessoal o aprofundamento nesses temas, ao ensejo da minha participação no Projeto “Ensaio Hispânico”, que o amigo José Luis Gómez Martínez tinha criado e dirigia na Universidade da Geórgia, nos Estados Unidos, mas os meus alunos do curso de graduação em filosofia da UFJF, em 2003, não estavam preocupados com o desânimo reinante em face das condições negativas para o estudo da filosofia brasileira. Queriam saber, mesmo, o que havia para ser estudado nessa área e desejavam enveredar pelo caminho da pesquisa.

Para concretizar esse propósito, programei, contrariando as minhas expectativas pessoais negativas, uma primeira atividade. Foi desenvolvido, no período acadêmico desse ano, o seminário de introdução ao estudo da filosofia brasileira, que teve como fonte para as leituras a coletânea organizada pelo professor José Maurício de Carvalho, da Universidade Federal de São João Del Rei, sob o título: *Filosofia brasileira*²⁹. Em 2004, por sugestão dos meus alunos, foi programado o seminário sobre a filosofia dos mitos indígenas³⁰. No seio de uma tendência que se revelaria mais tarde de grande valor heurístico, acolhi a sugestão de enveredar pelo estudo dessas mitologias.

De entrada, deixei claro que não queria dar feição burocrática ao grupo de estudos, preferindo que se sedimentasse numa agenda de atividades que efetivamente fossem realizadas, de maneira consensual, pelos seus integrantes. Surgiu, assim, o Núcleo de Estudos Ibéricos e Ibero-ame-

ricanos da UFJF. Os alunos fundadores foram: Alexandre Ferreira de Souza, Marco Antônio Barroso, César Rafael Pitt, Humberto Schubert Coelho, Camila dos Santos, Bernardo Goytacazes de Araújo e Jefferson Silveira Teodoro. Após a fundação do Núcleo, passaram a integrá-lo também o professor doutor Fabrício Oliveira, docente e pesquisador da Faculdade de Direito da UFJF e os alunos do curso de Filosofia da UFJF: Bruno Maciel, Heloana Cardoso, Leonardo Rosa Maricato dos Santos, Eloiza Mara da Silva, Rosa Maria Marangon, Myriam Toledo Augusto, Sérgio Luna Couto e Sandra Rodrigues Eiterer.

Ao longo dos anos 2005 e 2006, efetivaram-se diversos seminários sobre as mitologias ameríndias, que deram ensejo à inclusão, no currículo do Curso de Filosofia da UFJF, de uma série de “Seminários sobre Temas Especiais de História da Filosofia”, que passaram a ser por mim oferecidos aos alunos da graduação. Os trabalhos ali apresentados foram publicados na revista eletrônica *Ibérica*, criada por iniciativa de Alexandre Ferreira de Souza e Marco Antônio Barroso.

Tomei carona na iniciativa editorial dos meus alunos e ajudei a consolidar o Conselho Consultivo da mencionada publicação, convidando figuras exponenciais da pesquisa de história das ideias, no contexto luso-brasileiro, ibérico e ibero-americano. Passaram, assim, a formar parte do mencionado Conselho, Antônio Paim (do Instituto Brasileiro de Filosofia e do Instituto de Humanidades), Leonardo Prota (do Instituto de Humanidades), José Esteves Pereira (da Universidade Nova de Lisboa), Juan Carlos Torchía Estrada (da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos e editor do *Handbook of Latin American Thought*), José Luis Gómez Martínez (criador e coordenador do *Proyecto Ensayo Hispánico* na Universidade da Geórgia em Athens, Estados Unidos), Zdenek Kourim (do Centre de Recherches Scientifiques da França e um dos principais pesquisadores da Filosofia Brasileira nesse país), João Ricardo Moder-

no (presidente da Academia Brasileira de Filosofia, no Rio de Janeiro), Enrique Menéndez Ureña (da Universidade de Comillas, em Madri) etc.

Tanto pelo estímulo recebido dos membros do Conselho Consultivo quanto pelo empenho dos redatores, a revista *Ibérica* consolidou-se, desde a sua fundação em 2005, como publicação de alto nível no terreno da história das ideias, tendo sido inclusive reconhecida pela Capes como referência para os cursos de pós-graduação da área de ciências humanas. Num país onde as iniciativas culturais morrem rápido, o fato de uma publicação como *Ibérica* ter atingido mais de 5 anos de existência, é um feito notável. A esta iniciativa bem-sucedida, os meus alunos somaram outra: a revista eletrônica *Cogitationes*, destinada a discutir temas da história da cultura, que atingiu também o reconhecimento da Capes como revista referencial na área de ciências humanas. Ambas as publicações passaram a ser acolhidas no Portal Sofia, criado e gerido por Alexandre Ferreira de Souza e Marco Antônio Barroso.

Outras realizações importantes do Núcleo de Estudos Ibéricos e Ibero-americanos (que passou a formar parte, em 2007, do elenco de Núcleos de Iniciação Científica da UFJF apoiados pelo CNPQ) foram as seguintes: a conferência sobre a significação cultural e histórica da figura de Simón Bolívar no contexto ibero-americano, pronunciada, em junho de 2003, por José Luis Gómez Martínez, da Universidade de Geórgia; a realização, em setembro de 2006, do Colóquio de Pesquisadores da Filosofia Brasileira em Minas Gerais; a participação de vários membros do Núcleo no Primeiro Congresso Luso-galaico-brasileiro, realizado na Universidade Católica Portuguesa, no Porto, em outubro de 2007 (nessa oportunidade, o Núcleo de Estudos Ibéricos e Ibero-americanos da UFJF passou a formar parte, oficialmente, das entidades organizadoras dos Colóquios “Antero de Quental”); a realização da Semana de Estudos sobre os 200 anos da vinda da Corte Portuguesa para o Brasil (em outubro de 2008),

a participação de pesquisadores do Núcleo no Colóquio em Homenagem a Miguel Reale, realizado em outubro de 2009, em Lisboa, pelo Instituto de Filosofia Luso-brasileira, bem como a participação regular dos membros do Núcleo nos Colóquios Luso-brasileiros de Filosofia, realizados pelo mesmo Instituto na Universidade Federal de São João del Rei, entre 2008 e 2011.

Mencionava anteriormente que o estudo dos mitos ameríndios se revelou ideia de grande valor heurístico entre os membros do núcleo. Pensei, inicialmente, que se tratava de simples curiosidade intelectual que não teria maior continuidade. Estava enganado. Os meus alunos queriam se aprofundar mesmo nas raízes pré-rationais da cultura. Descobri isto quando vários deles foram aceitos no programa de pós-graduação em Ciência da Religião da UFJF.

Cursaram, ali, os seus estudos de mestrado e/ou doutorado: César Rafael Pitt, Jefferson Silveira Teodoro, Marco Antônio Barroso (com pesquisas sobre o pensamento de Henri Bergson e sobre a Filosofia da Religião em Benjamin Constant de Rebecque), Alexandro Ferreira de Souza (com pesquisa acerca dos fundamentos filosóficos do conceito de “sagrado” em Rudolf Otto) e Humberto Schubert Coelho (com pesquisa sobre a influência da mística de Jacob Böeme no idealismo transcendental de Kant). Estimulei o trabalho deles com orientação formal (no caso de Marco Antônio Barroso), com indicações temáticas e com ajuda bibliográfica (para o qual foi criada a Biblioteca “Sívio Romero”, com parte da minha biblioteca pessoal). Tentei, em vão, que Marco Antônio Barroso, Alexandro Ferreira de Souza e Humberto Schubert Coelho, os mais destacados entre os meus alunos, fossem integrados ao Departamento de Filosofia, quando, em 2009, foram abertas vagas para contratação de docentes.

No que tange às indicações temáticas, estas passaram a girar em torno de itens que eram do interesse dos meus alunos. Mencionarei, apenas para ilustrar, alguns dos temas que foram tratados em leituras e seminários realizados (no período compreendido entre 2009 e 2013): a) Análise dos escritos políticos de Silvestre Pinheiro Ferreira; b) Estudo da concepção ética em autores luso-brasileiros, no decorrer do século XIX; c) Estudo dos conceitos fundamentais presentes nas obras de Alexis de Tocqueville: *O Antigo Regime e a Revolução e Lembranças de 1848*; d) Análise da literatura ibero-americana, do ângulo da ideia de poder patrimonial presente no universo construído pelos vários autores. Como fruto das reflexões desenvolvidas ao ensino deste último tema, escrevi o livro intitulado: *Análise do patrimonialismo através da literatura latino-americana: o Estado gerido como bem familiar* (Rio de Janeiro: Documenta Histórica/Instituto Liberal, 2008). Os trabalhos escritos pelos meus alunos, ao ensino das atividades descritas, foram publicados nas revistas *Ibérica e Cogitationes*, bem como no *Portal Defesa*, órgão do Centro de Pesquisas Estratégicas “Paulino Soares de Sousa”, que foi criado pelo professor Expedito Stephani Bastos (reconhecido pesquisador na área de história e tecnologia militar) e por mim, na UFJF, em 2005.

Durante 14 anos coordenei o Centro de Pesquisas Estratégicas até dezembro de 2018, tendo deixado a coordenação para assumir o Ministério da Educação. Ao longo desse período, o Centro de Pesquisas Estratégicas se tornou uma referência no ramo entre as Universidades brasileiras, tendo estimulado de forma constante a reflexão estratégica por parte de docentes e discentes de várias instituições superiores de ensino no Brasil e do exterior, gozando hoje de indiscutível reconhecimento internacional³¹.

Paralelamente, no mesmo período, de novo atendendo a pedidos dos meus alunos, criei o Núcleo de Estudos sobre Madame de Staël e o Romantismo Filosófico e Literário, a fim de aprofundar nos primórdios

desse rico movimento que tanta influência teve na França e na Europa, em relação com o debate cultural iniciado pela grande escritora em Coppet e que terminou se espalhando por vários países, como benfazeja onda cultural que acompanhou os temas fundamentais do Liberalismo. Foram lidos os principais trabalhos da grande escritora, notadamente: *Sobre a Alemanha*, *Acerca da Literatura*, *Dez anos de exílio*, *Reflexões sobre a Revolução Francesa* e alguns dos seus romances, como *Corinne* e *Delphine*. Foi analisada a particular influência exercida por Madame de Staël sobre duas figuras importantes para a evolução das nossas instituições no Primeiro Reinado, como Benjamin Constant de Rebecque (1767-1839) e Dom Pedro de Souza Holstein (1781-1851), duque de Palmela, que integrou na sua juventude o gabinete do reinado de Dom João VI e reforçou a ideia liberal do bicameralismo. Participaram desse Núcleo: Humberto Schubert Coelho, Maria Lúcia Viana, Ludmila Viana de Lery Guimarães, Marco Antônio Barroso Faria, Syléa Carvalho de Souza, Carolina Magaldi, Alexandre Ferreira de Souza, Regina Bara Paschoalino, Sandra Rinco Dutra etc.

9 – Três Institutos e um Centro de Documentação na minha vida de pesquisador

Três Institutos e um Centro de Documentação marcaram a minha vida de estudioso do pensamento brasileiro: o Instituto Brasileiro de Filosofia, criado por Miguel Reale (1910-2006) em 1949, o Instituto de Humanidades, criado por Leonardo Prota (1930-2016), Antônio Paim e por mim em 1986, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado por Dom Pedro II em 1838 e o Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro, criado por Antônio Paim em 1982, a partir da sua biblioteca pessoal.

No Instituto Brasileiro de Filosofia aprendi duas coisas: de um lado, a perspectiva liberal do diálogo cultural, aberto a todas as tendências doutri-

nárias; de outro lado aprendi que havia uma metodologia para pesquisar com isenção as doutrinas filosóficas. Tal metodologia foi formulada por Reale e complementada por Paim, no que tange à historiografia das ideias. Parte, tal método, do pressuposto de que as doutrinas filosóficas são de índole problemática, cabendo ao pesquisador indagar pelo problema que movia ao pensador a buscar uma solução. Essa metodologia foi formulada por Miguel Reale a partir do pensamento de Nicolai Hartmann (1882-1950) e de Rodolfo Mondolfo (1877-1976). A essência da metodologia, que passou a ser denominada de culturalista, foi sintetizada por Paim na sua obra *O estudo do pensamento filosófico brasileiro*³². Consiste tal metodologia em indagar, primeiro, pelo problema que motivaria ao pensador, para num segundo passo, ver a forma em que ele tentou equacionar essa problemática, a fim de traçar, num terceiro passo, elos e derivações a partir da solução apontada. Tal metodologia abriu um grande espaço de isenção para a pesquisa em história das ideias, sem que o pesquisador prejudicasse a partir das próprias preferências doutrinárias.

O Instituto de Humanidades também marcou a minha vida de estudioso do pensamento brasileiro. Essa Instituição foi criada em 1986 por Leonardo Prota, Antônio Paim e por mim, com a finalidade de reconstituir a forma em que foram se sedimentando os valores fundantes da Civilização Ocidental nas várias épocas, seguindo a metodologia formulada pela Open University Inglesa, no sentido de elaborar manuais que sintetizassem o percurso das variáveis (filosofia, história da cultura, moral, religião e política), com o intuito de compreender os elos entre elas, tentando identificar o percurso do espírito humano em toda essa caminhada. Seguiu-se a etapa de aprofundamento na leitura das grandes obras, que constavam de um Cânone para ser seguido nos seminários. Uma metodologia de indubitável inspiração hegeliana, sem chegar, no entanto, à tentativa de formulação das regras do Espírito Humano, que o pensador alemão identificava com o Espírito Absoluto. A finalidade de

toda essa ação no terreno da cultura consistia em oferecer à sociedade brasileira um caminho alternativo para a formação humanística de jovens e adultos, levando em consideração que esta tarefa terminou sendo descuidada no Brasil, tanto no ensino de segundo grau quanto na Universidade.

Deixamos escrita a metodologia geral de História da Cultura, na apresentação a cada uma das variáveis acima mencionadas e que consta de um legado aberto no Portal do Instituto de Humanidades (www.instituto-dehumanidades.com.br). Essas leituras foram complementadas com um manual que poderia guiar os mestres do ensino de primeiro e segundo graus, na tentativa de formular a disciplina Educação para a Cidadania³³.

Em terceiro lugar, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro também marcou a minha caminhada no estudo do pensamento brasileiro. Fui aceito como membro do Instituto em 2008 e a minha participação em vários eventos permitiu-me apresentar trabalhos sobre historiografia das ideias em relação à inspiração de Getúlio Vargas como parlamentar e em relação à inspiração liberal e abolicionista de Joaquim Nabuco.

O Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro, criado por Antônio Paim em Salvador-Bahia, em 1982, tem sido definitivo na minha caminhada de pesquisa do pensamento brasileiro. Foi organizado por Paim a partir do que restou da sua biblioteca particular, que já tinha sido doada para o Programa de Mestrado em Pensamento Brasileiro, criado na PUC do Rio nos anos 1970. Com o fim do programa, a Biblioteca de Pensamento Brasileiro simplesmente sumiu. Uma perda inestimável. A partir do que restou da sua biblioteca pessoal e com inúmeras aquisições de obras raras e documentos, feitas às custas do incansável Mestre, foi reconstituído um acervo de aproximadamente 13 mil obras, sem contar os documentos avulsos. O Centro, hoje na Biblioteca da Universidade Católica de Salvador, é o mais importante núcleo de documentação

existente no Brasil acerca do pensamento filosófico brasileiro e nas áreas de história da cultura e educação, antropologia e sociologia brasileiras. As pesquisas que tenho desenvolvido nas últimas décadas têm sido possíveis, graças a consultas regulares ao acervo e a cópias que eficientemente colocou à minha disposição a bibliotecária do Centro, a incansável Marta Suely Dias Santos. O Centro contou com a presidência da professora Dinorah de Araújo Berbert de Castro, notável pesquisadora da história das ideias na Bahia.

10 – Cinco Núcleos de reflexão sobre o Brasil

Tenho participado, ao longo da minha vida de estudioso do Pensamento Brasileiro, de cinco núcleos de estudos que se debruçam sobre o tema. O ambiente extra universitário conferiu a esses privilegiados lugares de cultura, um ambiente de independência e de liberdade, em face do dogmatismo acadêmico infelizmente presente nas nossas Universidades. Tais entidades privilegiadas são as seguintes: Academia Brasileira de Filosofia, Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio, Clube da Aeronáutica, Centro de Estudos de Pessoal do Exército e Escola de Comando e Estado Maior do Exército.

Particpei da fundação da Academia Brasileira de Filosofia, que foi criada em 1989 pelo saudoso Jorge Jaime de Souza Mendes (1925-2013). O professor João Ricardo Moderno (1952-2018) presidiu a Academia entre 1995 e 2018, sendo o atual presidente o professor Jean-Yves Beziau (1965). Inúmeros trabalhos escrevi sobre o pensamento brasileiro, estimulado pelos debates ensejados na Academia. Destaca-se o meu ensaio sobre o totalitarismo e os seus riscos em face do Brasil.

No Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio, do qual participo desde 1993, na revista *Carta Mensal* tenho publicado vários

ensaios sobre pensadores brasileiros, como Joaquim Nabuco, Eugênio Gudin, Gilberto Ferreira Paim, Roberto Campos, padre Antônio Vieira etc., além de trabalhos sobre a filosofia política liberal e análises sobre a violência no Brasil e na América Latina. Destaco que a revista do Conselho Técnico é uma das mais antigas publicações sobre problemas brasileiros, pois é publicada ininterruptamente desde 1953.

No Clube da Aeronáutica (Rio de Janeiro), desde 2002 tenho participado regularmente dos Cursos sobre Pensamento Brasileiro programados pelo coordenador de publicações, coronel Araken Hipólito da Costa. A minha obra intitulada: *Pensamento político brasileiro contemporâneo* foi publicada, em 2012, pela Editora Revista Aeronáutica. Os mencionados cursos têm sido oferecidos, regularmente, desde 2002.

No Centro de Estudos de Pessoal do Exército, no Rio, lecionei as disciplinas Filosofia e Introdução ao Pensamento Político entre 1983 e 1989. Na Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME), no Rio, da qual sou professor emérito desde 2003, lecionei a disciplina Doutrinas Políticas Contemporâneas (que é oferecido no Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia). Os debates no seio da ECEME foram de grande valor para a obra de minha autoria que mencionei no parágrafo anterior.

Tenho destacado, sempre, que as Escolas Militares oferecem um ensino de qualidade, superior ao que se oferece nas Universidades, em decorrência de dois fatos: a meritocracia que é escrupulosamente respeitada nesses Centros e, de outro lado, em decorrência das avaliações regulares a que são submetidos os docentes, prática que não conseguiu ser implantada, com seriedade objetiva e continuidade, nas Universidades públicas.

Notas

1 – O título da dissertação foi: *De supposito et persona in metaphysica Divi Thomae*. Bogotá: Universidad Javeriana, Faculdades Eclesiásticas, 1963.

2 – LUXEMBURGO, Rosa. *O Socialismo e as Igrejas: o Comunismo dos primeiros cristãos*. Tradução brasileira. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

3 – Terminei abrindo mão da bolsa concedida a mim e à minha esposa, a fim de beneficiar dois amigos tupamaros que tinham se refugiado na Colômbia. A bolsa foi concedida pelo próprio INODEP.

4 – A ANAPO foi uma das vertentes ideológicas que deram origem ao Movimento Guerrilheiro M-19.

5 – PAIM, Antônio. *História das Ideias Filosóficas no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Grijalbo, 1967.

6 – A minha dissertação de mestrado foi publicada com o seguinte título: *Castilhismo, uma filosofia da República*. (1. ed. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1980). A “Ata da defesa da tese de Mestrado do aluno Ricardo Vélez Rodríguez” reza assim:

“No dia vinte e um de dezembro de mil novecentos e setenta e quatro, a Comissão Examinadora integrada pelos professores Antônio Paim, Vicente de Paulo Barretto e Olinto Pegoraro, reuniu-se na sala 1056 do Edifício Cardeal Leme desta Universidade, às 9 horas, para examinar a tese intitulada *A filosofia política de inspiração positivista*, apresentada pelo candidato Ricardo Vélez Rodríguez, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Filosofia. A inspiração central da tese consiste no levantamento das tendências

comuns a três notáveis políticos gaúchos: Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros e Getúlio Vargas. Segundo o autor, essas tendências são: certa concepção do bem público, o autoritarismo, o conservadorismo e o moralismo. O autor procura identificar essas mesmas características na legislação gaúcha deixada pelos três líderes. Os membros da Comissão confrontaram detidamente suas opiniões sobre a tese, concluindo pelo seguinte parecer: 1. A tese, globalmente tomada, tem excelente inspiração central, porque elabora a questão das relações entre pensamento e ação política. 2. Notável é o esforço de acesso às fontes e à bibliografia de qualidade. 3. A redação é clara, simples e impecável quanto à concatenação das partes. 4. A tese inclui, sem dúvida certas deficiências apontadas pelos examinadores, algumas das quais exigiriam, entretanto, nível superior de elaboração, cabendo, certamente, numa tese de doutoramento. Estão nesse caso os temas relacionados com a questão da Democracia e do Liberalismo e com o problema do autoritarismo. 5. Quanto à metodologia, o autor diz laconicamente inspirar-se no ‘método de investigação bibliográfica’, que a Comissão considerou insuficiente, porquanto esse procedimento não equivale, propriamente, a um método de investigação. 6. Considerou-se, finalmente, que o autor enfatizou excessivamente os aspectos biográficos e compilatórios do tema, em detrimento dos aspectos críticos e da tomada de posição pessoal. Com base nas conclusões acima resumidas, os membros da Comissão concordaram unanimemente em aprovar a tese com a atribuição do conceito de Bom. Assinam Antônio Paim, Olinto Pegoraro e Vicente de Paulo Barretto. Eu Celina Junqueira, diretora do Departamento

de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, confirmo a presente cópia autêntica que assino. Rio de Janeiro, 11 de abril, 1975.”

7 – Provas claras desse patrulhamento foram recolhidas por Antônio Paim, no livro-denúncia organizado por ele em 1979, sob o título de: *Liberdade acadêmica e opção totalitária – Um debate memorável*. 1. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1979.

8 – LINS MONTEIRO DE BARROS, Ivan. *História do Positivismo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

9 – Cf. VÉLEZ RODRÍGUEZ, Ricardo. *Oliveira Vianna e o papel modernizador do Estado Brasileiro*. (Apresentação de Antônio Paim) Londrina: Editora da UEL, 1997.

10 – Cf. WEBER, Max. *Economía y Sociedad*. (Tradução ao espanhol a cargo de José Medina Echavarría et al.). México: Fondo de Cultura Económica, 1944. 4 v.

11 – Cf. PAIM, Antônio. *A querela do estatismo*. 1. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978; Cf. WITTFOGEL, Karl. *Le despotisme oriental*. (Tradução francesa de M. Pouteau.) Paris: Minuit, 1977.

12 – Cf. VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1920.

13 – Cf. SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1982.

14 – Cf. SANTOS, Wanderley-Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

15 – Cf. PAIM, Antônio. *História do Liberalismo brasileiro*. 2. ed. revista e ampliada. São Paulo: LVM Editora, 2018.

16 – Cf. VÉLEZ RODRÍGUEZ, Ricardo. *A democracia liberal segundo Alexis de Tocqueville*, São Paulo: Mandarim, 1998; *Keynes: doutrina e crítica*, São Paulo: Massao Ohno, 1999; *Estado, cultura y sociedad en la América Latina*, Bogotá: Universidad Central, 2000; *O liberalismo francês – A tradição doutrinária e a sua influência no Brasil*, Salvador-Bahia: Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro, 2011. Ed. digital http://www.cdpb.org.br/liberalismo_frances_vez.pdf. Consultado em 15/11/2011. Acerca da presença de Tocqueville na cultura brasileira, publiquei o ensaio intitulado: Tocqueville au Brésil (version portugais-français par M. Lúcia Vianna). *La Revue Tocqueville*, Presses de l'Université de Toronto, v. XX, n. 1, p. 147-176, 1999.

17 – Sobre a minha crítica, do ângulo liberal, à Teologia da Libertação, cf. da minha autoria: Politischer Messianismus und Theologie der Befreiung. In: HOFMANN, Rupert (Org). *Gottesreich und Revolution*. Münster: Verlag Regensberg, 1987. p. 57-73; Teologia da Libertação e ideologia soviética. *Communio – Revista Internacional Católica de Cultura*, v. III, n. 14, p. 104-153, mar./abr. 1984. Teologia da Libertação, Marxismo e Messianismo Político. *Communio – Revista Internacional Católica de Cultura*, v. XXVIII, n. 102, p. 437-454, abr./jun. 2009.

18 – Cf. VÉLEZ-RODRÍGUEZ, Ricardo. The Sociological Dimension of Drug Traffic in the Favelas of Rio de Janeiro. In: VIEIRA, Else R. P. (Org. e introd.). *City of God in Several Voices*. Nottingham: CCCP, 2005, p. 166-173; *Da guerra à pacificação – A escolha colombiana*. Vide Editorial. Campinas, 2010.

19 – Cf. VÉLEZ RODRÍGUEZ, Ricardo. *Liberalismo y conservatismo en la América Latina*. Bogotá: Tercer Mundo, 1978. (Coleção “Biblioteca Universidad y Pueblo”.)

20 – Cf. VÉLEZ-RODRÍGUEZ, Ricardo. *Pensamento político brasileiro contemporâneo* (Apresentação de Araken Hipólito da Costa.). Rio de Janeiro: Editora Revista Aeronáutica, 2012. (Coleção Ensaaios, 5.)

21 – A posição do nosso autor encontra-se, notadamente, nos seus ensaios sobre educação, sociologia e política. Cf. SILVA, Vicente Ferreira da, *Obras Completas* (Prefácio de Miguel Reale.). São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia, 1964. v. II, p. 433-492.

22 – Cf. CRIPPA, Adolpho. *Mito e cultura*. São Paulo: Convívio, 1975; (Coord.), *As ideias políticas no Brasil*. São Paulo: Convívio, 1979. 2 v.; (Org.), *Rumo ao terceiro milênio – Um projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura/Confederação das Associações Comerciais do Brasil (CACB), 1989; (Org.), *Democracia e Desenvolvimento*. São Paulo: Convívio, 1979.

23 – Cf. MERCADANTE, Paulo. *A consciência conservadora no Brasil – Contribuição ao estudo da formação brasileira*. 1. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1965; *Tobias Barreto na cultura brasileira – Uma reavaliação* (Introdução de Miguel Reale.) São Paulo: Grijalbo, 1972 (Em coautoria com Antônio Paim.); *Portugal – Ano zero*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975; *Militares & Civis – A ética e o compromisso*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978; *Graciliano Ramos – O manifesto do trágico*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994; *A coerência das incertezas – Símbolos e mitos na fenomenologia histórica luso-brasileira*. (Introdução de Olavo de Carvalho.). São Paulo: É realizações, 2001.

24 – Cf. Portal de Olavo de CARVALHO: <http://www.olavo-decarvalho.org/espanol/datos1.htm>. Consulta em: 14/11/2011. As obras mais representativas deste autor, no terreno do pensamento

político, são: *Símbolos e Mitos no Filme “O Silêncio dos Inocentes”*. Rio de Janeiro: IAL & Stella Caymmi, 1993; *Os Gêneros Literários: Seus Fundamentos Metafísicos*. Rio de Janeiro: IAL & Stella Caymmi, 1993. *O Imbecil Coletivo: Atualidades Inculturais Brasileiras*. Rio de Janeiro: Faculdade da Cidade Editora e Academia Brasileira de Filosofia, 1996; *O Futuro do Pensamento Brasileiro. Estudos sobre o Nosso Lugar no Mundo*. Rio de Janeiro: Faculdade da Cidade Editora, 1998. *A Longa Marcha da Vaca para o Brejo: O Imbecil Coletivo II*. Topbooks. Rio de Janeiro, 1998.

25 – Cf. RIOS, José Arthur. *The University Student and Brazilian Society*. Michigan State University: Latin American Studies Center, 1971. *Social Transformation and Urbanization – The case of Rio de Janeiro*. University of Wisconsin – Milwaukee: Center for Latin-American Studies, 1971; Raízes do marxismo universitário. *Carta Mensal*, Confederação Nacional do Comércio, Rio de Janeiro, v. 45, n. 538, p. 39-59, jan.2000. *Sociologia da corrupção*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987 (Em coautoria com Celso Barroso LEITE e outros autores.)

26 – VÉLEZ RODRÍGUEZ, Ricardo. *Tópicos especiais de filosofia moderna*. Londrina: UEL/Juiz de Fora: EDUFJF, 1995.

27 – VÉLEZ RODRÍGUEZ, Ricardo. *Tópicos especiais de filosofia contemporânea*. Londrina: UEL, 2001.

28 – VÉLEZ RODRÍGUEZ, Ricardo. *Luç nas trevas – Ensaio sobre o Iluminismo*. Guarapari: Ex-Libris, 2007.

29 – CARVALHO, José Maurício de (Org.). *Filosofia brasileira*. Londrina: Edições Humanidades, 2003.

30 – As leituras para este seminário estavam contidas na seguinte antologia: VÉLEZ RODRÍGUEZ, Ricardo (Org.). *Seminário sobre a filosofia dos*

mitos indígenas. Universidade Federal de Juiz de Fora – Departamento de Filosofia – Núcleo de Estudos Ibéricos e Ibero-americanos, 2004. 54 p.

31 – O Centro de Pesquisas Estratégicas “Paulino Soares de Sousa”, bem como o Portal Defesa, coordenados hoje pelo professor Expedito Carlos Stephani Bastos, são uma realização de inegável valor no terreno da pesquisa sobre Estratégia e História Militar. O *Portal Defesa* (www.ecsbdefesa.com.br) é mundialmente conhecido e projetou o nome da Universidade Federal de Juiz de Fora no plano internacional.

32 – Cf. PAIM, Antônio. *O estudo do pensamento filosófico brasileiro*. 1. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.

33 – Cf. PAIM, Antônio; PROTA, Leonardo; VÉLEZ RODRÍGUEZ, Ricardo. *Cidadania – O que todo cidadão precisa saber*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2002. (Coleção “Páginas Amarelas”, v. 39.)

Bibliografia

BASTOS, Expedito Carlos Stephani. *Portal Defesa-UFJF* www.ecsbdefesa.com.br

CARVALHO, José Maurício de (Org.). *Filosofia brasileira*. Londrina: Edições Humanidades, 2003.

CARVALHO, Olavo de. *A Longa Marcha da Vaca para o Brejo: O Imbecil Coletivo II*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

CARVALHO, Olavo de. *O Futuro do Pensamento Brasileiro. Estudos sobre o Nosso Lugar no Mundo*. Rio de Janeiro: Faculdade da Cidade Editora, 1998.

CARVALHO, Olavo de. *O Imbecil Coletivo: Atualidades Inculturais Brasileiras*. Rio de Janeiro: Faculdade da Cidade Editora e Academia Brasileira de Filosofia, 1996.

CARVALHO, Olavo de. *Os Gêneros Literários: Seus Fundamentos Metafísicos*. Rio de Janeiro: IAL & Stella Caymmi, 1993.

CARVALHO, Olavo de. *Portal*. <http://www.olavodecarvalho.org/espanol/datos1.htm>. Consulta em: 14/11/2011.

CARVALHO, Olavo de. *Símbolos e Mitos no Filme “O Silêncio dos Inocentes”*. Rio de Janeiro: IAL & Stella Caymmi, 1993.

CRIPPA, Adolpho (Org.). *As ideias políticas no Brasil*. São Paulo: Convívio, 1979. 2 v.

CRIPPA, Adolpho. *Mito e cultura*. São Paulo: Convívio, 1975.

CRIPPA, Adolpho (Org.). *Democracia e Desenvolvimento*. São Paulo: Convívio, 1979.

CRIPPA, Adolpho (Org.). *Rumo ao terceiro milênio – Um projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura/Confederação das Associações Comerciais do Brasil (CACB), 1989.

LINS MONTEIRO DE BARROS, Ivan. *História do Positivismo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

LUXEMBURGO, Rosa. *O Socialismo e as Igrejas: o Comunismo dos primeiros cristãos*. (Tradução brasileira.) Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

MERCADANTE, Paulo. *A coerência das incertezas – Símbolos e mitos na fenomenologia histórica luso-brasileira*. (Introdução de Olavo de Carvalho.) São Paulo: É realizações, 2001.

MERCADANTE, Paulo. *A consciência conservadora no Brasil – Contribuição ao estudo da formação brasileira*. 1. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1965.

MERCADANTE, Paulo. *Graciliano Ramos – O manifesto do trágico*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

MERCADANTE, Paulo. *Militares & Civis – A ética e o compromisso*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MERCADANTE, Paulo. *Portugal – Ano zero*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

MERCADANTE, Paulo. *Tobias Barreto na cultura brasileira – Uma reavaliação*. (Introdução de Miguel Reale.) São Paulo: Grijalbo, 1972 (Em coautoria com Antônio Paim.)

PAIM, Antônio. *A querela do estatismo*. 1. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

PAIM, Antônio. *História das Ideias Filosóficas no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Grijalbo, 1967.

PAIM, Antônio. *História do Liberalismo brasileiro*. 2. ed. revista e ampliada. São Paulo: LVM Editora, 2018.

PAIM, Antônio. *O estudo do pensamento filosófico brasileiro*. 1. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.

PAIM, Antônio (Org.). *Liberdade acadêmica e opção totalitária – Um debate memorável*. 1 ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1979.

PAIM, Antônio; PROTA, Leonardo; VÉLEZ-RODRÍGUEZ, Ricardo. *Cidadania – O que todo cidadão precisa saber*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2002. (Coleção “Páginas Amarelas”, v. 39.)

RIOS, José Arthur. Raízes do marxismo universitário. *Carta Mensal*, Confederação Nacional do Comércio, Rio de Janeiro, v. 45 n. 538, p. 39-59, jan. 2000.

RIOS, José Arthur. *Social Transformation and Urbanization – The case of Rio de Janeiro*. University of Wisconsin – Milwaukee: Center for Latin-American Studies, 1971.

RIOS, José Arthur. *Sociologia da corrupção*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987. (Em coautoria com Celso Barroso Leite e outros autores.)

RIOS, José Arthur. *The University Student and Brazilian Society*. Michigan State University: Latin American Studies Center, 1971.

SANTOS, Wanderley-Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1982.

SILVA, Vicente Ferreira da. *Obras Completas* (Prefácio de Miguel Reale.) São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia, 1964. v. II, p. 433-492.

VÉLEZ RODRÍGUEZ, Ricardo. *A democracia liberal segundo Alexis de Tocqueville*. São Paulo: Mandarim, 1998.

VÉLEZ RODRÍGUEZ, Ricardo. *A Análise do patrimonialismo através da literatura latino-americana: o Estado gerido como bem familiar*. Rio de Janeiro: Documenta Histórica/Instituto Liberal, 2008.

VÉLEZ RODRÍGUEZ, Ricardo. *Castilhismo, uma filosofia da República*. 1. ed. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1980.

VÉLEZ RODRÍGUEZ, Ricardo. *Da guerra à pacificação – A escolha colombiana*. Campinas: Vide Editorial, 2010.

VÉLEZ RODRÍGUEZ, Ricardo. *De supposito et persona in metaphysica Divi Thomae*. Bogotá: Universidad Javeriana, Facultades Eclesiásticas, 1963.

VÉLEZ-RODRÍGUEZ, Ricardo. *Estado, cultura y sociedad en la América Latina*. Bogotá: Universidad Central, 2000.

VÉLEZ-RODRÍGUEZ, Ricardo. *Keynes: doutrina e crítica*. São Paulo: Massao Ohno, 1999.

VÉLEZ RODRÍGUEZ, Ricardo. *Liberalismo y conservatismo en la América Latina*. Bogotá: Tercer Mundo, 1978. (Coleção “Biblioteca Universidad y Pueblo”.)

VÉLEZ RODRÍGUEZ, Ricardo. *Luç nas trevas – Ensaíos sobre o Iluminismo*. Guarapari: Ex-Libris, 2007.

VÉLEZ RODRÍGUEZ, Ricardo. *O liberalismo francês – A tradição doutrinária e a sua influência no Brasil*. Centro de Documentação do Pensam. Brasileiro. Salvador-Bahia, 2011. Ed. digital http://www.cdpb.org.br/liberalismo_frances_velez.pdf.

VÉLEZ RODRÍGUEZ, Ricardo. *Oliveira Vianna e o papel modernizador do Estado Brasileiro*. (Apresentação de Antônio Paim.) Londrina: Editora da UEL, 1997.

VÉLEZ RODRÍGUEZ, Ricardo (Org.). *Seminário sobre a filosofia dos mitos indígenas*. Universidade Federal de Juiz de Fora – Departamento de Filosofia – Núcleo de Estudos Ibéricos e Ibero-americanos. Juiz de Fora-MG, 2004.

VÉLEZ RODRÍGUEZ, Ricardo. *Pensamento político brasileiro contemporâneo*. (Apresentação de Araken Hipólito da Costa.) Rio de Janeiro: Editora Revista Aeronáutica, 2012. (Coleção Ensaios, 5.)

VÉLEZ RODRÍGUEZ, Ricardo. Politischer Messianismus und Theologie der Befreiung. In: HOFMANN, Rupert (Org.). *Gottesreich und Revolution*. Münster: Verlag Regensburg, 1987. p. 57-73.

VÉLEZ RODRÍGUEZ, Ricardo. Teologia da Libertação e ideologia soviética. *Communio – Revista Internacional Católica de Cultura*, v. III, n. 14, p. 104-153, mar./abr. 1984.

VÉLEZ RODRÍGUEZ, Ricardo. Teologia da Libertação, Marxismo e Messianismo Político. *Communio – Revista Internacional Católica de Cultura*, vol. XXVIII, n. 102, p. 437-454, abr./jun. 2009.

VÉLEZ RODRÍGUEZ, Ricardo. The Sociological Dimension of Drug Traffic in the Favelas of Rio de Janeiro. In: VIEIRA, Else R.P. (Org. e introd.). *City of God in Several Voices*. Nottingham: CCCP, 2005. p. 166-173.

VÉLEZ RODRÍGUEZ, Ricardo. Tocqueville au Brésil (version portugais-français par Ma Lúcia Vianna). *La Revue Tocqueville*, Presses de l'Université de Toronto, v. XX, n. 1, p. 147-176, 1999.

VÉLEZ RODRÍGUEZ, Ricardo. *Tópicos especiais de filosofia contemporânea*. Londrina: UEL, 2001.

VÉLEZ RODRÍGUEZ, Ricardo. *Tópicos especiais de filosofia moderna*. Londrina: UEL / Juiz de Fora: EDUFJF, 1995.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1920.

WEBER, Max. *Economía y Sociedad*. (Tradução ao espanhol a cargo de José Medina Echavarría et al.) México: Fondo de Cultura Económica, 1944, 4 v.

WITTFOGEL, Karl. *Le despotisme oriental*. (Tradução francesa de M. Pouteau). Paris: Minuit, 1977.

Síntese da Conjuntura

Conjuntura econômica

Ernane Galvão
Ex-Ministro da Fazenda.

O natal do comércio

O varejo deverá movimentar R\$35,9 bilhões, alta de 4,8% no volume de vendas em comparação com 2018. A CNC calcula que as contratações de empregos temporários para o período entre os meses de setembro e novembro, alcancem 87,5 mil postos.

Para o presidente da CNC, José Roberto Tadros, a agenda de reformas foi um dos fatores que influenciaram na melhora do ambiente econômico. O presidente da CNC observa, no entanto, que a Reforma da Previdência não resolverá todos os problemas: “Precisamos avançar em outras frentes, como a Reforma Tributária, que trará resultados mais imediatos que da Reforma da Previdência”.

Reforma do estado

O governo de Jair Bolsonaro encaminha ao Congresso seis conjuntos de medidas que, nas palavras do ministro Paulo Guedes, dão início a uma

tardia reforma do Estado. “Essa transformação da máquina pública – que servia a uma ordem politicamente fechada e agora precisa servir à população – busca a modernização”, diz Paulo Guedes.

Está previsto o envio de três Propostas de Emenda à Constituição para o Senado, a PEC Mais Brasil, que Guedes chama de Pacto Federativo e que traz um novo regime fiscal; a PEC da Emergência Fiscal, que institui gatilhos para conter gastos públicos em caso de crise financeira na União, Estados e Municípios; e a PEC dos Fundos, que revê 281 fundos públicos.

Para a Câmara, seguem a PEC da Reforma Administrativa, que remodela o serviço público de todos os entes, e um projeto de lei que traz um novo modelo para as privatizações. A primeira fase da Reforma Tributária do governo, que une tributos federais para instituir o IVA dual, entra numa comissão mista, explica o ministro. Segundo Paulo Guedes, o trâmite e o arcabouço de cada proposta são resultados de um diálogo construtivo entre Executivo e Legislativo.

Mudança na Constituição

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, anunciou que estava propondo uma Constituinte para fazer as mudanças que o Congresso considerar necessárias.

O fato político que ganhou dimensão não é uma nova Constituinte, por ser inviável juridicamente, mas a alteração da Constituição através de uma emenda, ou a mudança do Código de Processo Penal.

A tese de Constituinte levantada por Alcolumbre não encontra respaldo na própria Constituição, que não prevê essa possibilidade. Depois de promulgada, em 1988, ela poderia ter sido revisada pelo Congresso

5 anos depois, mas não o foi. A partir daí, não há como mudá-la sem a utilização de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) a ser aprovada pelo Congresso.

A convocação de uma Constituinte exclusiva para tratar da reforma política já foi proposta pelo PT em diversas ocasiões, nos últimos anos.

Argentina em crise

A situação no país vizinho é dramática: déficit público da ordem de 6% do PIB, recessão (queda de -3,1% do PIB), inflação galopante (de 55% ao ano) e cerca de 35% da população urbana está na linha da pobreza.

O acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que daria ao país vizinho acesso a cerca de US\$57 bilhões, foi considerado pelo presidente peronista Alberto Fernández como “impossível” de cumprir.

Varejo terá o melhor Natal

Segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em 2019, o setor varejo deverá movimentar R\$35,9 bilhões, alta de 4,8% no volume de vendas em comparação com 2018. Além das condições macroeconômicas mais favoráveis, os estímulos gerados pela liberação dos recursos do FGTS e PIS/PASEP deverão impulsionar as vendas de fim de ano. A Confederação também calcula que as contratações de empregos temporários para o período, entre os meses de setembro e novembro, alcancem 87,5 mil postos.

Para José Roberto Tadros, presidente da CNC, os indicadores de atividade continuam mostrando uma recuperação gradual da economia, mas os setores ligados ao consumo têm se destacado. “Para este ano,

apesar do crescimento de 0,9% do PIB, esperamos uma alta de 4,6% nas vendas do varejo, em comparação com 2018”, comenta. Na avaliação de Tadros, o Brasil terá o melhor Natal desde 2013. A projeção do varejo é movimentar R\$35,9 bilhões, alta de 4,8% no volume de vendas em comparação com 2018.

Para o presidente da CNC, a agenda de reformas influiu na melhora do ambiente econômico: “A Reforma da Previdência foi um grande avanço, e contribuirá para a sustentabilidade das contas públicas”, afirma Tadros, ressaltando que a aprovação foi fundamental para o crescimento das expectativas dos agentes econômicos, que vinham adiando suas decisões de consumo e investimento devido ao ambiente de incertezas.

O presidente da CNC observa, no entanto, que a Reforma da Previdência não resolverá todos os problemas.

“Precisamos avançar em outras frentes, como a Reforma Tributária, que trará resultados até mais imediatos que a da Reforma da Previdência”, avalia José Roberto Tadros.

“Além de medidas que ajudem na redução da dívida pública e na busca do equilíbrio fiscal é preciso destravar as atividades produtivas, com redução da carga tributária e mais segurança jurídica, em um ambiente de negócios que torne as empresas brasileiras mais competitivas.”

Propostas do governo

Para a Câmara

PEC Mais Brasil: Seguindo o Pacto Federativo, a proposta definirá um novo regime fiscal para estados e municípios, bem como a divisão de

uma fatia dos *royalties* do petróleo e a soma dos gastos obrigatórios com saúde e educação:

- Será criado o Conselho Fiscal da República, que se reunirá a cada três meses para garantir o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. O conselho será formado pelo presidente da República, os presidentes da Câmara, do Senado, do Tribunal de Contas da União, do Supremo Tribunal Federal e da Associação de Tribunais de Contas dos Estados.

PEC de Emergência Fiscal: Apesar de seguir a ideia do texto do deputado Pedro Paulo, uma nova proposta para regulamentar gatilhos de corte de despesas e medidas que evitem o descumprimento à regra de ouro será apresentada no Senado, na tentativa de aprovação ainda este ano.

PEC dos Fundos: Com a finalidade de uma economia de R\$220 bilhões, determina prazo de 2 anos para a extinção de fundos setoriais, com exceção daqueles constitucionais.

- Há um conflito, no entanto, para onde o recurso será destinado. O governo quer abater a dívida como parte do valor desses fundos, e os políticos querem investir nas bases.

Para o Senado

Reforma Administrativa: Segundo o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, pode ser acelerada por meio de projetos que já passaram pela Comissão de Constituição e Justiça da Casa. Vai reorganizar, com novas regras, a gestão do funcionalismo público em todos os entes e poderes do Brasil.

Carteira Verde e Amarela: A proposta é substituir a atual carteira física por uma digital. Aos empresários, será oferecida uma desoneração escalonada, que se inicia em 34%, dos quais, 20% virão do Instituto Nacional do

Seguro Social (INSS) e 6% do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – cabendo aos patrões arcarem com o recolhimento de 2% do fundo. Os encargos restantes, referentes a alíquotas do Sistema S e do salário-educação, também seriam arcados pelo governo. Os empregos serão voltados para a faixa entre 18 e 29 anos ou acima de 55 anos, para cargos remunerados em até 1,5 salário-mínimo, atualmente em R\$1.497.

Privatizações: Será encaminhado pelo Executivo por projeto de lei e terá uma lista de estatais que poderiam ser vendidas sem necessidade de lei, incluindo as empresas que já estão no Programa de Parcerias de Investimentos, como Eletrobras, Correios, Serpro, Casa da Moeda:

- Será apresentado o *fast track* para agilizar a venda das “empresas-mãe”.
- Possivelmente, o texto incluirá uma ressalva legal de que a Petrobras, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal não serão vendidas. As maiores ficarão somente para um eventual segundo mandato de Bolsonaro.

A PEC da Reforma Tributária fica para mais tarde: Ao contrário das outras propostas, a ideia é que seja analisada por uma comissão mista com o objetivo de alinhar os projetos da Câmara e do Senado. A proposta do governo, no entanto, está condicionada à criação desse colegiado. A PEC do Executivo prevê um IVA dual composto pela unificação entre PIS, Cofins e IPI.

O texto para a reestruturação do Sistema Tributário será dividido em duas partes: uma apresentada por PEC e outra por Projeto de Lei. O acoplamento dos Estados e Municípios virá depois, semelhante ao que ocorreu com o texto da Reforma da Previdência.

Sistema S

O Sistema S, que surgiu a partir do processo de falta de mão de obra qualificada decorrente da industrialização ocorrida nos anos 1940, é formado por entidades empresariais voltadas para o treinamento profissional, assistência social e assistência técnica.

Constituem o Sistema S:

- 1) Serviço Social do Comércio (SESC)
- 2) Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC)
- 3) Serviço Social da Indústria (SESI)
- 4) Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)
- 5) Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR)
- 6) Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT)
- 7) Serviço Social de Transporte (SEST)

Reforma Tributária

1) O anúncio de que o governo vai enviar uma proposta fatiada de Reforma Tributária ao Congresso reavivou a discussão sobre o tema entre parlamentares, sobretudo nos assuntos que devem ser contemplados no texto do Planalto, como desoneração da folha e mudanças no Imposto de Renda.

O economista Bernard Appy, diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), disse que o Congresso pode apresentar, ao lado da proposta de

emenda constitucional do governo, um anteprojeto que trate da desoneração da folha e outras medidas para o IR.

Ele afirmou, ainda, que estão “evoluídos” no Congresso debates para a criação de uma Comissão Especial Mista com o objetivo de discutir, em conjunto, a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) com a unificação de vários tributos e temas, como a desoneração da folha.

2) O *Valor e Estadão* acrescentaram que o secretário da Receita Federal, José Barroso Tostes Neto, reafirmou que parte da proposta do Executivo para a Reforma Tributária seguirá para o Congresso ainda neste ano e disse ter recebido do ministro da Economia, Paulo Guedes, algumas diretrizes para a elaboração do projeto. Uma é a revisão da tributação sobre a renda, com o objetivo de torná-la mais progressiva. A outra, não promover aumento de carga tributária.

O governo estuda tributar a distribuição de lucros. A medida, segundo ele, seria combinada com uma redução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ).

3) A *Folha de S. Paulo* acrescenta que a equipe econômica avalia alíquotas de Imposto de Renda de pessoas físicas e aumenta a cobrança sobre salários mais altos. Nas discussões, segundo fontes do governo, é considerado elevar a alíquota máxima para 35% para quem ganha acima de R\$39 mil por mês.

4) O *Globo* conta que o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM/RJ), alertou que a proposta enfrentará resistências no Legislativo. Para Maia, a experiência anterior de unificar os PIS e Cofins, conforme deseja o governo, sinaliza que o governo encontrará dificuldades. A ideia foi apresentada há 2 anos pelo governo de Michel Temer e não foi aprovada.

5) *O Estado de S. Paulo* prevê que o governo deve enviar sua proposta de Reforma Tributária ao Congresso até o fim do mês. O novo secretário especial da Receita Federal, Marcos Tostes, antecipa que a proposta de Reforma Tributária será feita em duas etapas: a primeira etapa prevê a unificação do PIS e da Cofins em um imposto único com alíquota de 11% a 12%, batizado de Contribuição sobre Bens e Serviços; a segunda etapa vai mirar mudança no IPI, que passará a ser um tributo seletivo sobre certos produtos.

Outras mudanças, a serem enviadas ao Congresso no ano que vem, vão mexer no Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas e na desoneração da folha de pagamento das empresas.

Otimismo

Em artigo de Carlos Geraldo Langoni, no jornal *O Estado de S. Paulo*, comparou o Brasil a um avião parado na cabeceira da pista, com o freio de mão puxado. Langoni considera que para o avião decolar basta o Congresso Nacional seguir com o perfil reformista, como já vem fazendo, e ganhar um crescimento que projeta em 3,0% em 2020.

O crescimento ganhará força com os investimentos privados e um “mix macroeconômico” inédito, de um lado com política fiscal contractionista e política monetária expansionista e de outro lado com medidas para criar um ambiente positivo, capaz de reduzir a percepção de risco na economia.

Sugestão fácil e simples

Em palestra no Encontro Nacional de Comércio Exterior (ENAEEX) o ministro Paulo Guedes, defendeu a redução de encargos sobre a folha de pagamento para viabilizar a criação de “milhões de empregos”.

“Precisamos acabar com o imposto mais cruel que existe no Brasil, o imposto sobre a folha de pagamento. Aqui, tem que desempregar para poder empregar, porque um trabalhador custa dois. Se fizer isso, cria milhões de empregos”.

Segundo Paulo Guedes, a desoneração da folha acabaria com a informalidade de 41% da força de trabalho empregada: “Você teria emprego e salário melhor para todo mundo e, ao mesmo tempo, dinheiro para a Previdência Social, porque estaria todo mundo empregado.”

Sugestão ao ministro Paulo Guedes: De pleno acordo com suas preocupações. Então, por que não começar por retirar da folha a contribuição para o INCRA e o salário educação? O que o empresário privado tem a ver com essas duas excrescências?

Atividades econômicas

Juros em queda, inflação baixa, maior oferta de crédito, recuperação do emprego, ainda que lentamente, e a liberação de recursos extras do FGTS, são fatores para que o comércio e a indústria de bens de consumo se preparem para uma retomada das vendas neste final de ano. Estoques mais enxutos nas lojas e velocidade maior de produção nas fábricas são o termômetro de que este Natal deverá ser o melhor para o varejo desde 2013.

O Indicador de Nível de Atividade (INA) da indústria paulista expandiu 0,1% em setembro, na série livre de influências sazonais. Em relação ao mesmo mês de 2018, a alta foi de 1,6%.

A expectativa da Associação Latino-Americana de Aço (ALACERO) é de que o consumo de aço na América Latina não deva apresentar alta

neste ano. A estimativa é de que o consumo aparente alcance 66 milhões de toneladas, o mesmo volume apurado em 2016. No ano passado, as vendas de aço na região atingiram 67 milhões de toneladas.

Divulgado pelo IBRE/FGV, o Índice de Confiança Empresarial (ICE) ficou praticamente estável, ao cair 0,1 ponto em outubro, na série ajustada sazonalmente, registrando 94,0 pontos. Em setembro, o índice havia avançado 0,1 ponto. Com o resultado, a média móvel trimestral do ICE passa de 92,9 para 94,0 pontos. Na comparação interanual, houve aumento de 2,9 pontos.

O mercado de fusões e aquisições no Brasil bateu recorde no acumulado de janeiro a setembro de 2019, com 614 transações, ou seja, 31% superior ao mesmo período de 2018 e o maior volume acumulado dos últimos 5 anos, de acordo com levantamento da PwC Brasil.

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) avançou 0,44% em setembro ante agosto, na série com ajuste sazonal, informou há pouco a instituição. Foi a terceira elevação mensal consecutiva. O índice passou de 138,71 pontos para 139,32 pontos de agosto para setembro. Este é o maior patamar para o IBC-Br com ajuste desde junho de 2015 (139,85 pontos).

O pagamento do 13º salário deve injetar R\$214,6 bilhões na economia brasileira até dezembro deste ano, segundo estimativa divulgada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). A quantia equivale a cerca de 3% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. O valor representa uma alta de 1,6%, na comparação com o montante injetado na economia no ano passado (R\$211,2 bilhões), sem considerar a inflação.

PIB e Investimentos

De acordo com o *Boletim Focus* do Banco Central, a expectativa para o crescimento do PIB 2019 permaneceu em 0,92%. Em compensação, o crescimento esperado para 2020 subiu de 2,0% para 2,08%.

Segundo o Indicador IPEA /FBCF, o investimento avançou 1,4% em setembro, após queda de 1,1% no mês anterior. Na comparação com o mesmo período de 2018 houve expansão de 5,7%. Nos últimos 12 meses acumula alta de 3,0%. Para 2019 a expansão prevista é de 3,0%.

A previsão de crescimento do PIB em 2019 da Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia foi elevada de 0,85% para 0,9%. É a segunda vez consecutiva que o Ministério da Economia eleva a previsão de crescimento, após quatro cortes seguidos. Segundo o ministro Paulo Guedes, o PIB brasileiro deve avançar entre 2% e 2,5% em 2020, mais do que o dobro da taxa a ser observada em 2019.

O Bradesco revisou suas estimativas para crescimento do PIB de 0,8% para 0,9% em 2019, e de 1,9% para 2,2% em 2020. Segundo o Banco, a mudança para este ano é reflexo dos dados correntes, que mostram uma recuperação moderada, mas consistente da atividade econômica. Para 2020, a revisão é compatível com a melhora adicional esperada para as condições financeiras domésticas.

Indústria

A produção industrial brasileira cresceu 0,3% em setembro, na comparação com agosto, puxada principalmente pela produção de veículos automotores, segundo o IBGE. Essa foi a segunda alta mensal seguida e o melhor setembro em 2 anos. O resultado de agosto foi revisto para um

avanço de 1,2%, ante leitura anterior de alta de 0,8%. De acordo com os dados divulgados pela Anfavea, entre janeiro e outubro foram vendidos no país 2,28 milhões de veículos, o melhor desempenho para o período desde o ano de 2014, 8,7% a mais em relação aos dez primeiros meses de 2018. Com este resultado, a produção acumula expansão de 1,2% em 12 meses. Para 2019, a alta é de 3,3%.

A CNI divulgou os resultados dos Indicadores Industriais referentes ao mês de setembro. Na série ajustada sazonalmente, dois dos seis indicadores apresentaram melhora: Faturamento Real (+0,4%) e Massa Salarial Real (+0,4%). Horas Trabalhadas recuou 0,2%, enquanto Emprego, Rendimento Médio Real e Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) apresentaram estabilidade. A Klabin, maior produtora de papéis para embalagem e de embalagens de papelão ondulado do país, acaba de levantar mais de R\$7 bilhões com instituições financeiras nacionais e estrangeiras, para financiar o Projeto Puma II.

O Índice de Produção Agroindustrial Brasileira (PIMAgro) calculado pelo Centro de Estudo em Agronegócios da FGV Agro reagiu em setembro, depois de três meses consecutivos de retrações. Registrou alta de 1,8% em relação a setembro/2018. Foi o terceiro mês de variação positiva em 2019.

De acordo com a ANP, a produção de petróleo do Brasil em setembro atingiu 2,927 milhões de barris por dia, redução de 2,1% ante agosto.

Cerca de 9 bilhões de peças são confeccionadas anualmente pela indústria têxtil e de confecção no país, o que gerou mais de R\$52,5 bilhões de faturamento só no ano passado. Apesar dos números grandiosos, em 2018, o setor amargou queda de 2,9% na produção e redução de 1,3% nas vendas.

De acordo com a pesquisa da Abia, a indústria de alimentos continua se recuperando dos anos de crise, a um passo lento. No primeiro semestre deste ano, as vendas avançaram 1,3% na comparação com as de igual período do ano passado. Em 12 meses, encerrados em junho, registraram crescimento de 1,1%.

Durante a inauguração do Senai Cimatec Park – Centro de Inovação da Indústria – o prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM), defendeu o Sistema S, como imprescindível ao país.

Em outubro, as vendas de máquinas agrícolas e rodoviárias no Brasil somaram 4,2 mil unidades, queda de 16,2% ante outubro/2018. Recuo de 15% em relação a setembro, segundo a Anfavea. No acumulado do ano, as vendas internas atingiram 37,1 mil unidades, queda de 6,3% na comparação com o período entre janeiro e outubro de 2018.

A produção de petróleo do Brasil, em setembro, atingiu 2,927 milhões de barris por dia, redução de 2,1% ante agosto. A ANP registrou aumento de 17,8% em relação ao mesmo mês de 2018.

Comércio

Em setembro, o volume de receita do setor de serviços registrou incremento de 1,2%, na comparação com o mês anterior, segundo a PMS/IBGE. A CNC revisou de +0,8% para +1,0% sua expectativa para o desempenho do setor em 2019 – o primeiro crescimento em 5 anos. A entidade espera crescimento de 1,7% no ano de 2020.

Segundo dados do IBGE, as vendas do comércio varejista cresceram 0,7% em setembro, na comparação com o mês anterior. Móveis e eletrodomésticos estão entre os principais destaques da alta. Foi o quinto

resultado positivo consecutivo do setor no ano, com ganho acumulado de 2,4% no período. O melhor resultado para os meses de setembro, desde 2009 (1,1%).

Segundo a CNC, o varejo espera que o faturamento real do Natal aumente 4,8% em relação a 2018; descontada a inflação. Se a previsão da CNC se confirmar, será o melhor desempenho em 6 anos.

O comércio *online* tem conquistado novos consumidores. Neste fim de ano, pela primeira vez, as lojas *online* empataram com as lojas de departamento, como local preferido pelos brasileiros para fazer as compras de Natal. Pesquisa de intenção de compras de Natal da CNDL/SPC Brasil mostra que 41% dos consumidores pretendem adquirir produtos em lojas *online*, o mesmo percentual de quem planeja consumir em lojas físicas.

O Instituto Fecomércio/RJ revela que 63,4% dos fluminenses pretendem aproveitar a *Black Friday* para realizar compras. É o equivalente a 8,1 milhões pessoas. Os consumidores planejam gastar cerca de R\$557, em média, nas promoções do dia 29, valor três vezes maior que o gasto no Dia dos Namorados.

Impulsionado pelo *Black Friday*, o faturamento do comércio varejista de São Paulo deve atingir a marca dos R\$68 bilhões em novembro, um avanço de 7,4% ante os R\$63,3 bilhões do mesmo mês de 2018, estima a Fecomércio-SP. As vendas do varejo brasileiro medidas pelo Índice Cielo de Varejo Ampliado (ICVA) tiveram aumento real de 5,2% em outubro em comparação com o mesmo mês em 2018.

Agricultura

De acordo com a Conab a estimativa da safra 2019/2020 aponta crescimento na produção brasileira de grãos, em comparação à safra anterior,

de 246,4 milhões de toneladas, incremento de 1,8% ou 4,3 milhões de toneladas, em relação a 2018/2019.

Para a área semeada, a expectativa é de que sejam cultivados 64,1 milhões de hectares, variação positiva de 1,4% na comparação com a safra anterior.

A estimativa nacional de cultivo do milho, considerando a primeira, segunda e terceira safras, na temporada 2019/2020, deverá apresentar redução de 1,7%, ante 2018/2019 cerca de 98,4 milhões de toneladas.

O Índice de Confiança do Agronegócio (ICAgro), calculado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), registrou alta no terceiro trimestre deste ano. O indicador encerrou o período em 115,1 pontos. A escala do ICAgro vai de zero a 200, e 100 é o ponto neutro.

Segundo a CNA e o Cepea, o PIB do agronegócio ficou estável no ano passado, com recuo de 0,01%, na comparação com o ano anterior. Em julho deste ano, o PIB do agronegócio teve alta de 0,38%. No acumulado do ano (janeiro a julho), o desempenho foi ligeiramente negativo, de menos 0,85%.

No Centro-Sul, maior região produtora de açúcar e álcool do país, a produção de cana na safra 2018/2019 registrou queda de 3,90% ante 2017/2018, a de açúcar apresentou – 26,48%, enquanto a de etanol cresceu 18,65%, sempre na mesma base de comparação.

Os temporais que atingiram o Rio Grande do Sul paralisaram os trabalhos no campo em diversas regiões do Estado. Produtores de trigo, de algumas regiões, estão colhendo o cereal mais verde ou úmido que o desejável para não perder a produção. A área plantada no Estado está estimada em 739,4 mil hectares.

A produção de ovos de galinha totalizou 956,62 milhões de dúzias no terceiro trimestre de 2019, aumento de 1,5% em relação ao trimestre anterior, de acordo com os resultados preliminares das Pesquisas Trimestrais do Abate de Animais, do Leite, do Couro e da Produção de Ovos de Galinha, divulgada pelo IBGE.

Mercado de Trabalho

O Indicador Antecedente de Emprego, divulgado pelo IBRE/FGV, apresentou recuo em outubro, de 87,1 para 85,8 pontos. Com a piora na passagem mensal, o indicador encontra-se abaixo de sua média histórica (86,9). A média trimestral móvel subiu de 86,5 para 86,6 pontos.

A taxa de desemprego no Brasil ficou em 11,8% no trimestre encerrado em setembro, atingindo 12,5 milhões de pessoas, segundo o IBGE. Na comparação com o mesmo trimestre de 2018, houve incremento de 1,5 milhão de pessoas na população ocupada, que atingiu o recorde de 93,8 milhões.

Recordes de pessoas em situação de extrema pobreza e dos índices de desigualdade são os resultados de 4 anos seguidos de crise econômica no Brasil, apontados em um estudo divulgado pelo IBGE. Em 2018, chegou a 13,5 milhões o número de brasileiros vivendo abaixo da linha da extrema pobreza – 4,5 milhões a mais que em 2014, quando o país vivia sob os patamares mais baixos de desemprego. É o maior contingente de pessoas nesta condição na série histórica desde 2012.

De acordo com o Caged, em setembro o país registrou 1.341.716 contratações e 1.184.503 demissões. Foram criados 157,2 mil postos de trabalho, melhor desempenho para o mês desde 2013. No acumulado até setembro o Brasil gerou 761.776 empregos formais, 6% a mais do

que o mesmo período do ano passado. Já no acumulado em 12 meses, registrou ganho de 548.297 empregos formais.

O programa de emprego Verde Amarelo, anunciado pelo governo, pretende gerar 1,8 milhão de postos de trabalho até o fim de 2022 e irá beneficiar os jovens entre 18 e 29 anos, que não tiveram nenhum emprego com carteira assinada. O teto da remuneração na modalidade – criada por Medida Provisória – será de 1,5 salário-mínimo.

Sistema Financeiro

O Banco Central informou que as retiradas de recursos da caderneta de poupança superaram os depósitos em R\$247 milhões no mês de outubro. No acumulado dos dez primeiros meses deste ano, os saques superaram os depósitos, resultando em retirada líquida de R\$6,31 bilhões. Em setembro, o saldo da poupança registrava R\$817,970 bilhões e em outubro subiu para R\$820,571 bilhões.

O percentual de famílias endividadas com cartão de crédito, cheque especial, cheque pré-datado, crédito consignado, crédito pessoal, carnê de loja, prestação de carro e prestação de casa alcançou 64,7% em outubro, representando queda em relação aos 65,1% observados em setembro de 2019.

A Caixa Econômica Federal cortou pela metade a taxa de juros do cheque especial, de 9,99% para 4,99% ao mês. Na média, foi de 9,41% na semana encerrada em 29 de outubro. Percentual menor que o praticado pelos bancos privados.

Com mais afrouxamento monetário vindo do Federal Reserve e do Copom, a Bolsa de Valores brasileira fechou outro mês no azul, com

ganhos de 2,36% para o Ibovespa. O crédito concedido para as pessoas físicas no Brasil alcançou o maior ritmo de crescimento em 4 anos. Em um cenário de fragilidade da atividade econômica e do mercado de trabalho, o aumento da tomada de empréstimos tem representado algum estímulo para o consumo das famílias. Em 2019, a concessão de crédito livre para a pessoa física subiu cerca de 11% entre janeiro e setembro.

O Conselho de Administração do BNDES permitiu que seja antecipado o pagamento de 60% de seu lucro à União, na forma de dividendos. O Banco vai adiantar mais R\$4,6 bilhões ao Tesouro este ano, referentes ao lucro do primeiro semestre.

O BNDES quer extinguir sua carteira de participações acionárias em 3 anos, zerando os quase R\$120 bilhões geridos, atualmente, pela subsidiária BNDESPar.

A Caixa Econômica obteve lucro líquido contábil de R\$8,026 bilhões no terceiro trimestre, alta de 66,7% na comparação com o mesmo período do ano de 2018. O Banco Central prepara mudanças no cheque especial para induzir a redução dos juros na linha de crédito. A proposta prevê que os bancos poderão cobrar tarifa mensal dos clientes que quiserem ter acesso a um limite de cheque especial.

A Serasa atenderá os consumidores *online* na 24ª edição do Feirão Limpa Nome, que acontece durante o mês de novembro. O público-alvo são as pessoas que estão com o nome negativado ou com dívidas atrasadas, que terão a oportunidade de renegociar seus débitos com descontos que podem chegar a 98%.

O indicador de recuperação de crédito do consumidor avançou 3,0% em outubro ante setembro, segundo a Corretora Boa Vista. O dado representa a quantidade de exclusões de registros de inadimplentes da

base de dados da “empresa”. Na comparação com o mesmo mês de 2018, o aumento foi de 2,90%.

O BNDES registrou lucro líquido de R\$2,7 bilhões no terceiro trimestre, alta de 70% ante igual período de 2018. No acumulado de janeiro a setembro, o lucro líquido ficou em R\$14,738 bilhões, alta de 159,5% em relação aos nove primeiros meses de 2018.

Inflação

O IPCA/IBGE registrou variação de 0,10% em outubro, ante -0,04% em setembro, o menor resultado para o mês desde 1998. Em outubro de 2018, o IPCA havia variado 0,45%. Com o resultado, o indicador acumula alta de 2,54% nos 12 meses findos em outubro. No acumulado do ano, o índice varia 2,60%.

O IGP-DI, divulgado pelo IBRE/FGV, registrou alta de 0,55% em outubro, ante 0,50% no mês anterior. No acumulado do ano, a alta é de 4,96%.

O INCC subiu 0,18% em outubro, ante alta de 0,46% em setembro. Os três grupos componentes do INCC registraram as seguintes variações na passagem de setembro para outubro: Materiais e Equipamentos (0,29% para 0,50%), Serviços (0,13% para 0,06%) e Mão de Obra (0,64% para 0,00%). Assim, o INCC variou 4,18% nos 12 meses findos em outubro.

A Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia revisou a sua estimativa oficial para o INPC de 3,67% para 3,26%.

O IGP-M/FGV subiu 0,08% na primeira prévia de novembro, após ter aumentado 0,68% na primeira prévia de outubro. Com o resultado, o índice acumulou elevação de 4,87% em 2019 e avanço de 3,74% em 12 meses.

Os consumidores brasileiros podem ter de pagar o valor recorde de R\$20,64 bilhões nas contas de luz em 2020, para bancar ações e subsídios concedidos pelo governo relacionados ao setor elétrico, como os incentivos ao uso de energia eólica e solar. A tarifa de energia elétrica recuou 3,22% em outubro, item de maior impacto negativo sobre a inflação medida pelo IPCA/IBGE, equivalente a -0,13 ponto porcentual.

Setor Público

Medida Provisória publicada pelo governo estabelece o fim da multa adicional de 10% do FGTS nas demissões sem justa causa. A medida está na mesma MP que criou o programa Verde Amarelo, destinado a incentivar a contratação de jovens.

O governo federal editou uma Medida Provisória com o objetivo de expandir o microcrédito no país, em que estabelece um “compromisso” de ofertar R\$40 bilhões em empréstimos para 10 milhões de pessoas “mais pobres”, até o fim de 2022.

Terminou com quatro blocos “encalhados” o leilão de cinco áreas de exploração de petróleo no Pré-Sal, realizado pela ANP. A Petrobras, em consórcio com a chinesa CNOOC, apresentou a única oferta do leilão e arrematou o bloco de Aram, na Bacia de Santos – o mais caro entre os oferecidos. Com o resultado, a arrecadação da 6ª Rodada de Partilha de Produção, que poderia chegar a R\$7,85 bilhões, ficou em R\$5,05 bilhões – 64,3% do total esperado.

A PEC Emergencial enviada pelo governo federal ao Congresso Nacional prevê uma economia anual de até R\$35 bilhões aos cofres públicos de quatorze Unidades da Federação, considerando cortes de salários e suspensão de reajustes.

A equipe econômica deve propor no pacote de reformas o uso do dinheiro parado nos fundos setoriais para abater a dívida pública. A ideia é que os Fundos passem por uma avaliação e os que não forem renovados sejam extintos em 5 anos. Hoje, são cerca de 280 Fundos.

Setor Externo

A balança comercial brasileira registrou superávit de US\$14 milhões nas duas primeiras semanas de novembro. No começo deste mês, as exportações somaram US\$4,230 bilhões (queda de 32,7% contra novembro de 2018) e as importações totalizaram US\$4,216 bilhões (queda de 16,7% na mesma comparação). Houve queda nas exportações de manufaturados (-41%), de semimanufaturados (-28,3%) e de produtos básicos (-26,7%) ante novembro de 2018.

A China, principal parceiro comercial do Brasil, puxou o resultado do superávit brasileiro este ano. De janeiro a outubro, o saldo da balança comercial foi de US\$34,9 bilhões, sendo que o saldo do comércio com a China foi de US\$21,4 bilhões.

A ONU confirmou que a Conferência do Clima (COP25) será em Madri, na Espanha, após o Chile cancelar o evento. As datas da conferência também foram mantidas: 2 a 13 de dezembro.

Os Estados Unidos notificaram a ONU e confirmaram a saída do Acordo de Paris. A informação foi dada por Mike Pompeo, secretário de Estado. Este é o primeiro passo formal dos americanos na saída do pacto global no combate às mudanças climáticas.

O Banco Central da China cortou a taxa de juros sobre empréstimo de médio prazo de um ano, pela primeira vez desde o início de 2016.

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou que as negociações comerciais com a China “estão avançando bem rápido”, mas não se comprometeu sobre o sucesso da iniciativa. “Vamos ver”, comentou durante entrevista coletiva na Casa Branca, voltando a dizer que Pequim estaria mais interessada no acordo do que os americanos.

A taxa de desemprego no Reino Unido caiu para 3,8% no período de três meses até setembro, segundo dados do Escritório de Estatísticas Nacionais. O resultado veio abaixo da expectativa de analistas consultados pelo *The Wall Street Journal*, que previam manutenção da taxa em 3,9%.

As exportações de carne suína da BRF para a China têm potencial para aumentar até 40%, após a habilitação da unidade localizada em Lucas do Rio Verde (MT). Na área de frangos, a expectativa é de crescimento de cerca de 20%.



2018-2022

Presidente

José Roberto Tadros

Vice-Presidente Administrativo

Luiz Gastão Bittencourt da Silva

Vice-Presidentes

1º Francisco Valdeci de Sousa Cavalcante

2º Luiz Carlos Bohn

3º Lázaro Luiz Gonzaga

Abram Abe Szajman

Darci Piana

Edison Ferreira de Araújo

Eliezir Viterbino da Silva

José Arteiro da Silva

José Lino Sepulcri

José Marconi Medeiros de Souza

Raniery Araújo Coelho

Vice-Presidente Financeiro

Leandro Domingos Teixeira Pinto

Diretores Administrativos

1º Marcelo Fernandes de Queiroz

2º Antonio Florencio de Queiroz Junior

Diretores Financeiros

1º Marco Aurélio Sprovieri Rodrigues

2º Ademir dos Santos

Diretores

Abel Gomes da Rocha Filho

Aderson Santos da Frota

Aldo Carlos de Moura Gonçalves

Alexandre Sampaio de Abreu

Ari Faria Bittencourt

Carlos de Souza Andrade

Hermes Martins da Cunha

Itelvino Pisoni

Ivo Dall'Acqua Júnior

Diretores

Jeferson Furlan Nazario

José Wenceslau de Souza Júnior

Marcelo Baiocchi Carneiro

Marcos Antônio Carneiro

Maurício Cavalcante Filizola

Nino Ítalo Zampieri Júnior

Rubens Torres Medrano

Sebastião de Oliveira Campos

Conselho Fiscal

Domingos Tavares de Sousa

Lélio Vieira Carneiro

Valdemir Alves do Nascimento

Suplentes da Diretoria

Adeilton Feliciano do Prado

André Luiz Roncatto

Antônio Maria dos Santos da Silva Azevedo

Conegundes Gonçalves de Oliveira

Denis Oliveira Cavalcante

Francisco Everton da Silva

Francisco Jorge Neto

Geraldo Vieira Rocha

Gilberto de Andrade Costa

Guilherme Marconi Coutinho de Souza

Helton Andrade

Jadir Correa da Costa

Jorge Luiz das Neves Morais

José Alcides dos Santos

Kelsor Gonçalves Fernandes

Ladislao Pedroso Monte

Leonel Soncin Júnior

Lúcio Emílio de Farias Júnior

Marcantoni Gadelha de Souza

Marcelino Ramos Araújo

Maria Lúcia Dorta Pompeu

Nilo Ítalo Zampieri Júnior

Nívio Perez dos Santos

Osmar Santana Lima

Paulo Roberto dos Santos

Pedro Coelho Nasser

Pedro José Maria Fernandes Wähmann

Rubens Torres Medrano

Valdir Pietrobon

Suplentes do Conselho Fiscal

Alfeu Adelino Dantas Júnior

Gladstone Nogueira Frota

Luso Soares da Costa

Carta Mensal



Sesc Senac